



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

Interseções entre Antropologia e Jornalismo na revista
Realidade

EMÍLIA GOMES MORAIS

FORTALEZA

2011

EMÍLIA GOMES MORAIS

Interseções entre Antropologia e Jornalismo na revista
Realidade

Monografia apresentada ao Curso de
Comunicação Social da Universidade
Federal do Ceará como requisito para
a obtenção do grau de Bacharel em
Comunicação Social, habilitação em
Jornalismo, sob a orientação do Prof.
Dr. Ricardo Jorge de Lucena Lucas

EMÍLIA GOMES MORAIS

Interseções entre Antropologia e Jornalismo na revista
Realidade

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel. A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada a Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Jorge de Lucena Lucas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Agostinho Gósson (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Ms. Ismar Capistrano (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza
2011

Agradecimentos

Olho pra trás e me vem o trecho da música “só eu sei as esquinas por que passei...”. Literal e metaforicamente falando me vi diante de ruas desconhecidas, escuras, assustadoras. Agradeço a Deus ter escapado ilesa de cada uma delas.

Vêm-me também muitos rostos, primeiro de família: de mãe, Maria de Fátima Gomes Moraes e de pai Elistênio Chagas Moraes, devo a vocês esse sonho, e não há gratidão que pague. Minhas irmãs, Emanuela e Eva, não houve semana longe de vocês que não sentisse a falta de nós três juntas.

Aí chega a sorridente “Torcida Organizada Amigos da Emília”: Denise Ferreira, Priscila Barros, Mariana Lazari, Suzana Pinho, Márcia Cristina Nascimento, Flávio Vinícius Soares de Souza e os amados entre os amados: Geimison Maia, o James, e Bruno Falcão, o Tapioco. Meus queridos, que bom que tive vocês no caminho.

Em seguida surge a não menos importante “Torcida Organizada Tias da Emília”: Fátima, Salete, Vânia, Madalena Moraes; Celma e Flávia Gomes. Foi tudo um pretexto para orgulhar vocês.

Foram cinco anos de gente indo e vindo, mas que merece ser lembrada. Quem generosamente me ensinou o que sabe: professores, assessores, editores e repórteres, obrigada, firmo o compromisso de passar adiante.

O rosto mais recente: professor Ricardo Jorge, que pacientemente acompanhou, orientou e estimulou este trabalho.

Resumo

Neste trabalho são investigadas as possíveis aproximações entre as áreas do Jornalismo e da Antropologia. São apresentados métodos, como observação participante e teorias, como etnocentrismo, relativização cultural e alteridade de forma a identificar como o a interdisciplinaridade pode ser útil na formação de um jornalista.

É resgatada a história da revista Realidade, seus princípios, pessoas e objetivos. A memória de jornalistas que fizeram parte da equipe inicial refazem o espírito da publicação que se tornaria referência na imprensa brasileira.

Nas reportagens “Indinho brinca de índio”, “Coronel não morre”, “Qual o seu mundo, Chico Xavier?” e “Eu vivi o preconceito” vê-se que o relato em profundidade do Novo Jornalismo pode se assemelhar a uma etnografia

Palavras-chave: Antropologia; Novo Jornalismo, Reportagem; Etnografia.

Sumário

Introdução.....	1
1. Uma interdisciplinaridade possível.....	3
1.2 A troca.....	4
1.3 Métodos: ver, ouvir e escrever.....	7
1.4 As interpretações da Cultura na Antropologia.....	10
1.4.1 O Difusionismo Cultural.....	11
1.4.2 Particularismo histórico ou a Escola Cultural Americana.....	11
1.4.3 Simbólica.....	13
1.4.5 Estrutural.....	14
1.5 Etnocentrismo, Relativização e Alteridade.....	14
2. A Revista.....	17
2.1 A revista e o regime.....	19
2.2 Montagem da equipe.....	21
2.3 Liberdade vigiada.....	23
2.4 Uma reunião de pauta em <i>Realidade</i>	24
2.5 Filhos de 60.....	26
2.6 O Fim.....	27
2.7 A Reportagem e o Novo Jornalismo em Realidade.....	28
3. Reportagens antropológicas.....	33
3.1 Carlos Azevedo, o repórter indigenista.....	33
3.1.2 “Indinho brinca de índio”.....	36
3.1.3 Personagens alegóricos.....	37
3.1.4 Aritanã.....	38
3.2 José Hamilton Ribeiro, “o espetáculo é o homem”.....	40
3.2.1 Antropologia Política.....	42
3.3 “Qual é seu mundo Chico Xavier?”.....	47
3.3.1 A dimensão do “sagrado”.....	48
3.3.2 Descrição do ritual.....	49

3.4. Sérgio Souza viveu o preconceito.....	51
3.4.1 “Participante” ao extremo.....	52
3.4.2 Racismo: o conceito e a prática.....	54
4. Considerações Finais.....	56
5.Referência Bibliográfica.....	58
6.Anexos.....	6

Introdução

Neste trabalho perscrutaremos a possibilidade de interação entre Antropologia e Jornalismo, comparando os métodos de cada uma das áreas. São observados como os conceitos de alteridade, etnocentrismo e relativização cultural e a técnica de observação participante podem ser absorvidos pelo fazer jornalístico.

A ideia surgiu da experiência. Durante a disciplina de Antropologia Cultural, quando recebemos o desafio e ir a campo fazer a etnografia de uma feira popular. Qual não foi a surpresa ao aplicar os princípios antropológicos e perceber que o resultado se assemelhava a uma longa reportagem em profundidade. As orientações éticas do trabalho *in loco* de um antropólogo podem ser aplicadas na práxis jornalística e enriquecê-la. A partir daí começa essa investigação de interdisciplinaridade.

O objeto de estudo não poderia ser outro, *Realidade* é sempre lembrada pelos jornalistas veteranos como o representante-mor do bom jornalismo investigativo, em que o repórter precisava experimentar o fato antes de escrever sobre ele. Remontamos aqui a história da publicação com o detalhamento de quem ajudou a construí-la. As memórias dos repórteres de Realidade: Carlos Azevedo, José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão transportam para o ano de 1966, os casos, as pessoas que estão envolvidas com o nascimento da revista.

Por fim, comparamos as reportagens dos profissionais acima citados e também de Sérgio de Souza, editor de Realidade, com a estrutura, os princípios de uma etnografia. Essa comparação é feita de três modos: a analogia entre os textos, as semelhanças entre observações em uma e em outra. Segundo comparamos como a etapa de observação participante e de apuração podem se aproximar. E por fim buscamos identificar conceitos antropológicos e sociológicos particularizados na linhas e entrelinhas da reportagem

A escolha dos textos obedeceu a um critério estabelecido pelo antropólogo Roberto Da Matta de que “De fato só se tem Antropologia Social, quando se tem de algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social.” (DA MATTA, 1978 :28). Seleccionamos reportagens em que o jornalista entre em contato com um contexto sócio-cultural diferente do seu. Esse estranhamento deixa transparecer se o autor da reportagem em algum momento resvalou para o etnocentrismo

1. Uma interdisciplinaridade possível

O pressuposto de que parte este trabalho acadêmico é de que é plausível uma aproximação entre os campos da Comunicação e da Antropologia. Ainda que os métodos e objetivos divirjam entre as duas áreas, a interdisciplinaridade acrescenta conhecimento a ambas.

Esse posicionamento também defendido pela pesquisadora Ilana Strozenberg¹, em seu artigo publicado no livro *Antropologia e Comunicação*. Antes de apresentar suas conclusões sobre essa interseção de saberes, Ilana problematiza a questão, apontando que a interdisciplinaridade desperta um confronto de interesses: “encontrar passagens e delimitar saberes” ao mesmo tempo em que é necessário “marcar limites e reafirmar distinções” (STROZENBERG, 2003:15).

Para a comunicóloga, é compreensível essa insegurança, pois uma das provas que cada segmento das Ciências Humanas precisou dar para que fosse reconhecido e legitimado é a de constituía uma área de conhecimento definida, cujos conceitos apresentassem solidez e autonomia em relação aos demais.

“Pode-se compreender essa tensão e esse nervosismo, que parecem ser a tônica das discussões acadêmicas quanto à interdisciplinaridade, ao se considerar que o que está em jogo, para além ou para além de questões especificamente epistemológicas relativas à pertinência e precisão de dos conceitos e modelos e modelos de conhecimentos, são processos de construção de identidade” (STROZENBERG, 2003: 16).

A busca pelos “parâmetros de legitimidade” passa, desde a década de 1970, por uma mudança, deixando de priorizar as delimitações de cada seara científica e dando lugar à desconstrução dos feudos acadêmicos. A tendência no campo das “humanidades” é o da interligação, do diálogo entre as áreas a fim de alcançarem-se novos olhares sobre os mesmos objetos de estudo.

“Em primeiro lugar, ainda no plano das ideias, o questionamento dos limites e a busca do diálogo interdisciplinar é associado à defesa de uma atitude intelectual mais democrática e pluralista, em contraposição a uma tradição acadêmica restritiva e reificadora dominante, onde a classificação dos campos do saber seria um produto principal” (STROZENBERG; 2003: 16).

1 Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ especializada em Antropologia Social pelo Museu Nacional. Professora de graduação e pós-graduação da ECO/UFRJ

A autora traça um paralelo entre as origens da Antropologia e a da Comunicação, enquanto a primeira surge do estranhamento que brota da descoberta de sociedades de organização distinta da do pesquisador, a segunda surge da necessidade de analisar as mudanças que o progresso tecnológico trouxe para as relações humanas.

A resistência que há em expandir os limites da Comunicação é causada pela própria indefinição dela enquanto ciência. Endossando sua opinião, a pesquisadora aponta o artigo de Eduardo Meditsch² exposto no Fórum de Professores de Jornalismo, em que afirma:

“Ao se desviar de sua origem profissional, a área da Comunicação não consegue atingir a outra margem (...) se legitimar como disciplina científica diferenciada, não consegue um corte epistemológico inédito, não constrói um corpo teórico original, não desenvolve metodologias próprias, sequer consegue delimitar seu objeto de estudo” (MEDITCSH, 2001).

Tais indefinições são vistas por Strozenberg como convites à experimentação. A inexistência do que considera “fronteiras conceituais e metodológicas rígidas” nos estudos da Comunicação deveriam tornar-se “um campo de experimentação estratégico para as ciências humanas em que se questionem não apenas as fronteiras entre os saberes acadêmicos consagrados, mas também as possíveis articulações entre estes” (STROZENBERG, 2003: 23).

1.2 A troca

Segundo a pesquisadora Cláudia Lago³, há uma troca promissora entre as duas áreas de conhecimento. A Antropologia, por ser uma ciência consolidada, passou por diversas etapas em que pôs à prova sua razão de ser, assim como aconteceu na década de 60, quando o antropólogo Lévi-Strauss alertou para a “perda do objeto” dessa ciência por não ser possível considerá-lo científico. Nas duas décadas seguintes, o que estava sendo questionado eram os objetivos dessa ciência. O caminho para a maturidade acadêmica passa por um criterioso processo de autorreflexão.

2 Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação e professor do curso de Jornalismo da UFSC.

3 Jornalista, mestre em Antropologia Social pela UFSC e doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professora das Faculdades Integradas de São Paulo.

Segundo ela, a “Antropologia é uma das ciências que fornece métodos e teorias” (LAGOS, 2003:34) em contrapartida, os comunicólogos têm a oferecer a inserção visceral nos fatos sociais com a frequência que as outras áreas não conseguiriam. “Do ponto de vista da Antropologia este cruzamento se dá pela constatação de que a Comunicação e seus processos são pródigos em oferecer objetos para a pesquisa” (LAGOS, 2003: 34). A pesquisadora investigou o *ethos* romântico que permeia a profissão e buscou construir um trabalho etnográfico sobre esse grupo.

Cláudia resume sua ideia central: “A interseção entre Antropologia e Comunicação ocorrem em duas direções: na captura, por parte da primeira, do “objeto” constituído da segunda; e na captura, por parte da segunda, dos métodos tradicionais da primeira.” (idem, 2003:31). A pesquisadora também defende que:

“O entrecruzamento Antropologia/Comunicação pode ser extremamente profícuo se a primeira e seu método, voltadas por excelência para a micro-observação, puderem iluminar a amplitude e a complexidade dos fenômenos de Comunicação, que não podem ser interpretados à luz de teorias por demais totalizantes (LAGOS, 2003: 44)

Segmentado dentro do campo Comunicação a atividade do Jornalismo, tomamos as associações propostas por Isabel Travancas⁴. A dimensão investigativa de um antropólogo tanto em contextos sociais diferentes dos seus, como em seu próprio lugar, se assemelha à vivência experimentada diariamente por repórteres na lida diária das redações. Uma das posturas que um antropólogo precisa ter quando está em campos é a de transformar “o exótico em familiar” e o “familiar em exótico”, defende a pesquisadora, apropriando-se das palavras de Roberto Da Matta (1978). Tal exercício também é salutar ao jornalista para conseguir um olhar sempre novo sobre a cidade e levantar pautas.

“Se o antropólogo vai se defrontar constantemente com a questão da diferença, o jornalista experimentará no seu cotidiano a cidade como espaço da diversidade, do cruzamento de mundos e “tribos” diferentes, desvendando territórios heterogêneos e construindo assim um mapa para muitos habitantes desconhecido.” (TRAVANCAS, 2002:27)

Guardadas as devidas proporções, os dois ofícios têm o dever de reportar aquilo que viram e ouviram e reconstruir essa observação por meio de seus relatos. Para ambos, a neutralidade e a objetividade são parâmetros questionáveis, visto que o

⁴ Jornalista, mestre em Antropologia Social, doutora em Literatura Comparada e professora da UFRJ e da Faculdade Estácio de Sá

resultado de seu trabalho reflete de forma intencional ou não os posicionamentos de seus autores.

Contudo a estudiosa faz a seguinte análise: enquanto no metiér da Antropologia, é premente a relativização dos relatos etnográficos, a ponto de serem avaliadas obras de ficção, pelo fato de serem construídas pelo autor, tal como sugere Geertz (1978), o jornalismo se contradiz, pois, ainda que reconheça a influência da subjetividade na seleção, apuração e edição de notícias, continua tendo como norte a busca pela neutralidade. Ponto de vista que é corroborado pelo Manual de Redação da Folha São Paulo.

“Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse.”(Manual da Redação da Folha de S.Paulo; 2001:28)

O jornalista Luís Costa Pereira define com sinceridade a contenda de opiniões que existem no debate sobre a objetividade na práxis do jornalismo. Pereira aponta dois perfis: o primeiro o do jornalista que “acredita que encarar objetividade como ilusão não passa de dar um tiro no pé da própria atividade jornalística”. E por outro lado há “quem enxerga as quimeras do imaginário industrial acredita que a objetividade não passa de camuflagem, avalista que é das manipulações de praxe dos mandarins da imprensa” (Pereira;2006; 47). Com larga experiência como editor, ele detecta que nas redações o pensamento corrente é de que a objetividade é uma meta inalcançável, mas que não deve jamais deixar de ser perseguida.

Eugênio Bucci, em seu livro *Sobre Ética e Imprensa* visualiza um ponto de convergência entre os conflitos vividos nas duas áreas

“O drama do jornalismo é próximo àquele da pesquisa de campos nas ciências humanas, sobretudo na antropologia de modo específico, na etnologia: não há uma distinção clara entre o sujeito e o objeto.” (BUCCI, 2000: 91)

Assim como Luiz Costa, ele parte do pressuposto que o jornalismo toma como possível e desejável uma descrição objetiva que consiga apreender a realidade “sem que o sujeito a deforme”. Essa meta, ainda que ilusória, deve instigar uma “busca de um equilíbrio, de uma pacificação entre as convicções e crenças pessoais de um jornalista e o nível de objetividade requerido pelo público” (BUCCI, 2000: 101)

Isabel Travancas defende que os diferentes pontos de vista sobre a objetividade, por parte das Ciências Sociais abrem um espaço para o debate que aproxima os dois

segmentos. Para a acadêmica, a condição de mediadores irmana jornalistas e antropólogos.

Jornalistas e antropólogos estão o tempo todo vivenciando em suas práticas profissionais o papel de mediadores, na medida em que a vida em sociedade se dá através das diferenças, e estes dois profissionais estão intermediando relações entre diversos grupos e categorias sociais. Eles podem ser vistos como elo entre distintos universos de significação. (TRAVANCAS,2002: 2)

1.3 Métodos: ver, ouvir e escrever

As três etapas que um antropólogo vivencia para produzir a sua etnografia estão enumeradas por Roberto Cardoso de Oliveira como “ver, ouvir e escrever”. Cruzando as enunciações de Cláudia Lago (ver página 2) de que as ciências sociais fornecem métodos e teorias à Comunicação, tentaremos comparar o *modus operandi* de uma área e de outra profissão.

O passo inicial é o da observação participante, método criado por Bronislaw Malinowski (1884-1942) em que o pesquisador experimentar os hábitos e as tradições do povo ou grupo que está sendo investigado, como forma de melhor reproduzi-los e interpretá-los. Na conceituação de Mércio Pereira Gomes:

“O método consiste em o pesquisador buscar compreender a cultura pela vivência concreta nela, ou seja, morar com os “nativos”, participar de seus cotidianos, comer suas comidas, se alegrar em suas festas e sentir o drama de ser de outra cultura-tudo isso na medida do possível. A ideia subjacente é que uma cultura só se faz inteligível pela participação do pesquisador em suas instituições “(GOMES, 2009:56)

Oliveira acredita que o “olhar etnográfico” sobre o objeto está muitas vezes condicionado ao substrato teórico absorvido pelo antropólogo. “Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade” (OLIVEIRA, 2000:21)

A técnica desenvolvida pelo etnólogo considerado “pai da Antropologia” segue regras rígidas, a principal delas é que essa imersão na cultura alheia, essa tentativa de tornar-se invisível como um nativo demanda tempo. Conjeturando-se uma situação análoga, em que um jornalista tenta reportar numa cobertura internacional a cultura de um povo, ou mesmo em qualquer outra circunstância que lhe traga estranhamento, não é seu objetivo construir um relato etnográfico, mas essas orientações podem enriquecer o processo de apuração.

A etapa do ouvir é talvez a que mais se assemelha para as duas formas de investigação. Em ambas, a técnica da entrevista precisa ser dominada ainda que a aplicação e a finalidade se diferenciem, há pontos de confluência.

Stela Guedes Caputo(2006), jornalista, apresenta as definições de entrevista no jornalismo: Para Cremilda Medina(2002, p.8), trata-se uma “técnica de interação social” que tem como meta “o inter-relacionamento humano”. Numa dimensão mais pragmática Nilson Lage (2003, p.73) a descreve como um “procedimento de apuração de informações” que viabiliza a “coleta de interpretações e a reconstituição de fatos”.

Caputo defende que para que uma entrevista “renda” (no sentido do jargão jornalístico) é preciso haver total envolvimento de ambas as partes no diálogo. “Para construir entrevistas, jornalistas e pesquisadores precisam ter paixão pelo que fazem (...) para se fazer boas entrevistas é preciso amar conversar com o outro”. Na concepção da jornalista, há uma situação ideal na execução de uma entrevista: “Ela acontece quando entrevistador e entrevistado abrem juntos um espaço de confiança” (CAPUTO, 2006: 65)

Luiz Costa Pereira, também jornalista, dá seu parecer e enfatiza que mesmo que capte versões de um fato uma entrevista nunca deve desacreditar seu interlocutor. Para ele a entrevista é elemento constitutivo da “construção de realidades”.

“A entrevista é uma forma de narrativa plena. Busca uma carga a mais de significação sobre os fatos- um ângulo íntimo, “de dentro”- considerada privilegiada, não necessariamente verdadeira. Não se acredita propriamente na veracidade do relato, mas não pode haver dúvidas sobre a legitimidade do interlocutor” (PEREIRA, 2006:101)

No método de investigação antropológico, Roberto Cardoso destaca que o entrevistador “exerce um poder extraordinário sobre o informante”. Na medida em que tenta tão somente extrair informações, o pesquisador reduz as possibilidades de um verdadeiro diálogo e cria “um campo ilusório de interações”. Cardoso afirma que é preciso transformar o informante em interlocutor e explicita a condição para que isso aconteça.

“Essa relação dialógica cria um espaço semântico partilhado por ambos interlocutores, graças ao qual pode ocorrer essa fusão de horizontes, desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando formalmente um diálogo entre iguais, sem

receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso.” (CARDOSO, 2000: 24)

Sobre o escrever, Clifford Geertz (2009) tece algumas considerações em que relativiza a solidez do produto final dos esforços de um antropólogo: a etnografia, ou descrição densa. Ethno: povo, graphein: escrita. O registro dos hábitos e da cultura dos povos estudados no período da pesquisa de campo, a etnografia consiste em um relato em profundidade da vida do nativo, e deve abranger o máximo das instituições sociais da realidade analisada, tais como religião, relações de parentesco, formas de subsistência, etc.

A redação dos relatos consiste na etapa seguinte ao trabalho de campo, quando acontece o distanciamento físico do objeto para que ele seja interpretado. As qualidades do que considera um bom texto etnográfico podem ser comparados com os princípios que definem um bom texto jornalístico.

Geertz questiona o rebuscamento literário que alguns relatos costumam apresentar e defende que “os bons textos de antropologia são simples e despretensiosos”. O intelectual define com clareza a meta de um antropólogo: “ir a lugares, voltar de lá com informações sobre as pessoas vivem e tornar essas informações disponíveis à comunidades especializada de uma forma prática.” Não fosse pela diferença de que o jornalismo não escreve para especialistas, essa definição caberia nos compêndios de comunicólogos sobre o ato de reportar.

Luiz Costa busca na etimologia do verbo narrar, os princípios que norteiam um jornalista, ele reforça a necessidade de concisão ao escrever a notícia, defende que “expressar o máximo com o mínimo é condição intestina do jornalismo”(PEREIRA, 2006:132)

“Narrar é antes de tudo conhecer. De *gnâ*, “saber” no sânscrito dos clássicos hindus, derivou as formas latinas *gnarus* (o que conhece) e *narrâre* (tornar conhecido) Toda narrativa, portanto carrega marca de origem(...) Muito feliz a ideia de que a narração, ainda mais numa reportagem, é a aventura do caminho percorrido”(PEREIRA, 2006:125)

Geertz destaca que a pedra de lioz de uma etnografia não é a sua factualidade, mas a o poder de convencimento dos autores na demonstração de realmente “haverem penetrado numa outra forma de vida, ou de terem sido penetrados por ela”. E essa coerência entre aquilo que foi visto e aquilo que foi relatado é avaliada pelo leitor, contudo não há como ele comprovar se há veracidade porque não pode reviver a pesquisa de campo, portanto fica encurralado à

circunstância de “pegar ou largar”, de acreditar ou não. “As razões de aceitação ou da recusa são extremamente específicas a cada pessoas. Impossibilitados de recuperar os dados imediatos do trabalho de campo, damos ouvidos a algumas vozes e ignoramos outras” (GEERTZ, 2009:17)

Tais questionamentos são semelhantes aos debates éticos no campo do jornalismo. O jornalista Eugênio Bucci é categórico ao afirmar que o sustentáculo de qualquer empresa no ramo de comunicação é a credibilidade. “Procurar a verdade dos fatos é um imperativo ético”, afirma (BUCCI, 2006:50). Ao passo que condena qualquer tentativa de falseamento dos fatos por estar escudado pela aparência de neutralidade.

Francisco José Karam enumera os corolários que devem balizar um jornalista, como o Código de Ética da profissão e a Declaração dos Direitos Humanos. Dos Princípios Internacionais da Ética Profissional, ele destaca a responsabilidade social do jornalista, preconiza que a informação é um bem social a ser zelado por esse profissional perante o público e ao veículo para o qual trabalha.

1.4 As interpretações da Cultura na Antropologia.

Faz-se necessário esmiuçar os estudos sobre a cultura à luz da Antropologia, pois tais reflexões servirão de parâmetro para avaliar a condução que é dada nas reportagens da revista Realidade , que servirão aqui como objeto de estudo.

Na obra em que sistematiza as diversas interpretações sobre cultura, o pesquisador Roque de Barros Laraia parte da defesa feita por Edward B. Tylor de que, mesmo com as variações das tradições e comportamentos humanos, é possível um estudo detalhado da cultura, haja vista que tais exteriorizações têm causa definida e acontecem com regularidade.

O pensador que foi um dos pioneiros ao fincar as bases para a definição do que viria a ser a Antropologia assim publicou a sua interpretação:

“Cultura ou Civilização, tomada no seu sentido etnográfico amplo, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e todas as demais hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (TYLOR, apud LARAIA, 2001: 31)

1.4.1 O Difusionismo Cultural

No final do século XIX, a Antropologia ainda precisava respaldar-se no legado das ciências naturais. Tylor foi fortemente influenciado pela obra *Origem das Espécies* de Charles Darwin e as ideias do evolucionismo, o que se reflete em seus enunciados sobre a cultura. Interpretando Tylor, Laraia (2001) afirma:

“Uma das tarefas da Antropologia seria a de ‘estabelecer, grosso modo, uma escala de civilização’, simplesmente colocando as nações europeias em um dos extremos da série e em outro as tribos selvagens, dispondo o resto da humanidade entre dois limites”(LARAIA: 2001: pág 34)

Tylor é considerado o pai do difusionismo cultural, sua corrente de pensamento concebia a evolução humana de forma unilinear, acreditando que a humanidade possui a mesma base ou unidade psíquica. Defendia também que existissem estágios de civilização da sociedade e que todas as culturas estariam a caminho de uma mesma configuração: aquela semelhante à da sociedade europeia. As críticas feitas ao difusionismo são as de que essa interpretação do homem ignora o multiculturalismo e acentua o caráter segregacionista e colonialista vigente no velho mundo.

“Desta maneira era fácil estabelecer uma escala evolutiva que não deixava de ser um processo discriminatório, através do qual as diferentes sociedades humanas eram classificadas hierarquicamente, com nítida vantagem para as culturas europeias. Etnocentrismo² e ciência marchavam de mão juntas” (LARAIA, 2001: 34)

1.4.2 Particularismo histórico ou a Escola Cultural Americana

Segundo a obra de Laraia, uma concepção que se contrapõe àquela primeira foi o particularismo histórico instituída por Franz Boas (1858-1949), estudioso alemão que ainda estudante de Física e Geografia, partiu em expedição à região nórdica de Baffin Land. Sua arguta observação dos povos esquimós fez com que se tornasse um antropólogo de renome.

O cerne das enunciações de Boas está na afirmação de que a forma como cada sociedade se apresenta está condicionada as circunstâncias que ocorreram no passado

desta ou daquela grei. Deve ser levado em consideração, também, o ambiente natural em que a comunidade está inserida e suas implicações psicológicas nos membros.

Para Boas, o objetivo de um antropólogo deve ser a investigação da história dos povos, ele propõe que em vez de comparar-se a organização social de grupos distintos, deve ser usada a analogia quando os povos estiveram historicamente submetidos às mesmas leis. Além disso, o pesquisador deve ser criterioso quando fizer tais associações, devendo comprovar que elas são plausíveis.

O antropólogo americano Alfred Kroeber acrescenta a essa esse parâmetro de análise suas reflexões sobre a não determinação orgânica sobre as expressões culturais humanas. Kroeber aponta que as análises feitas até então estavam condicionadas às dualidades: “corpo e alma”, “físico e mental” e àquela sobre a qual ele se detém o “orgânico e o cultural”.

No artigo “O Superorgânico” publicado em 1948, o estudioso acredita ser crucial fazer essa distinção de quando o fenômeno cultural está relacionado a uma seara ou outra. Este antropólogo afirma que nos estudos relacionados às características comportamentais humanas não é possível divisar as fronteiras daquilo que é considerado condição orgânica e do que é determinado pela apreensão de mundo de cada indivíduo, ou seja a endoculturação. Ao explicar o pensamento de Kroeber, Laraia faz uma explanação realmente elucidativa:

“Para se manter vivo, independente do sistema cultural ao qual pertença, ele (o homem) tem que satisfazer um número determinado de funções vitais, como a alimentação, o sono, a respiração, a atividade sexual, etc. Mas, embora estas funções sejam comuns a toda a humanidade, a maneira de satisfazê-las varia de uma cultura para outra” (LARAIA, 2001: 38)

A ideia principal dessa tese é a de que, mesmo sendo um animal, o homem não está limitado aos instintos ou as condições imediatas de sobrevivência. Pelo contrário, sua capacidade de adaptação ao meio é em menor escala de ordem biológica, e deve-se primordialmente ao fato de que os hábitos adquiridos fazem com que ele se amolde às condições mesológicas. Essa capacidade tornou possível a sobrevivência mesmo em ambientes inóspitos e afastou a possibilidade de que a espécie fosse dizimada tal como acontecia com alguns animais

Algo que é consenso hoje entre os antropólogos é que a cultura não é determinada por fatores genéticos, ambientais ou sexuais. Ela é antes de tudo um apanhado de conhecimentos baseados nas relações sociais, cujos povos transmitem como herança a seus membros, que, por sua vez, precisam introjetá-la para que sejam aceitos no grupo.

1.4.3 Simbólica

Geertz referenda sua tradução de cultura a partir de uma abordagem semiótica que prima pela interpretação dos seus significados. Para o estudioso, a cultura não existe em si mesma e o que o etnólogo faz é encontrar, a partir de seu próprio olhar, as razões para os comportamentos individuais ou coletivos. O resultado dessa análise nunca abrange a complexidade dos sistemas simbólicos ali identificados. “A análise é, portanto, escolher entre estruturas de significação”, define (GEERTZ, 1989:7)

Ao antropólogo cabe tarefa de fazer o registro daquela sociedade ainda que de forma “interpretativa e microscópica”. A descrição etnográfica guarda a memória de um povo, dentro de um recorte temporal. Geertz aponta as limitações do fazer antropológico:

“O que inscrevemos, ou tentamos fazê-lo, não é o discurso social bruto, ao qual não somos atores, não temos acesso direto, a não ser marginalmente, ou muito especialmente, mas apenas àquela pequena parte dele que os nossos informantes podem nos levar a compreender. (GEERTZ, 1989: 14)

1.4.5 Estrutural

John B.Thompson funda, a partir da teoria de cultura simbólica de Geertz, a concepção de que a cultura está inserida em estruturas sociais e que portanto não pode ser observada somente na dimensão interpretativa do observador. Para ele devem ser levados em consideração as relações de poder e os conflitos de autoridade inerentes a cada sociedade. “Ao descrever esta concepção de cultura como uma concepção

estrutural, desejo destacar a preocupação com os contextos e processos socialmente estruturados nos quais as formas simbólicas estão inseridas” (THOMPSON, 1997: 182)

O teórico aponta três falhas nas teses de Geertz e coloca sua visão como uma alternativa à ela, mas não desvinculada completamente deste parâmetro pois o que pretende é uma modificação. A primeira ressalva à concepção simbólica diz respeito à imprecisão nos usos do termo cultura, que segundo ele é usado como “padrão de significados historicamente transmitidos” e em outros momentos como “ mecanismos de controle” (THOMPSON, 1997:177).

A segunda é uma crítica quanto à representação da cultura na forma de textos, pois ele considera que os costumes e as pessoas não são traduzíveis em palavras, e desconsidera a possibilidade da Antropologia Visual. “A terceira dificuldade com a abordagem de Geertz está em que ela dá atenção insuficiente aos problemas de conflito social e de poder ”(THOMPSON, 1997:179).

1.5 Etnocentrismo, Relativização e Alteridade

As relações sociais estão por vezes condicionadas ao juízo de valor que as pessoas fazem uma das outras, o etnocentrismo pode ser considerado como uma falha na forma de compreender o mundo do outro. Definido pelo antropólogo Everardo Rocha como um “julgamento do valor da cultura do “outro” nos termos da cultura do grupo do “eu”(ROCHA,1994,13),fundamentado nas esferas intelectuais, emocionais, afetivas e racionais, o etnocentrismo é considerado a atitude preconceituosa e egoísta na qual não se admite a identidade alheia.

Dentro da Antropologia Social, Rocha aponta que em diversos momentos o contato com as outras formas de organização social resultavam em descrições pejorativas, como “bárbaros”, “primitivos” e “selvagens”. Há também o agravante de que não é dado o direito de defesa, ou ainda a possibilidade de autodefinição ao outro, que é qualificado de forma estereotipada. O autor acrescenta:

“A indústria cultural está frequentemente fornecendo exemplos de etnocentrismo (...) é criado sistematicamente um enorme conjunto de outros que servem para reafirmar, por oposição, uma série de valores de um grupo dominante que se autopromove a modelo de humanidade.” (ROCHA, 1994:18)

Pensamento semelhante é defendido pelo professor de Jornalismo Felipe Pena, ele inclui entre as teorias que fundamentam a área, a “Teoria Etnográfica”, na qual as orientações da Antropologia Cultural também são recomendadas a formação de um jornalista.

“Um dos maiores desafios de qualquer jornalista é tentar enxergar os fatos por diferentes pontos de vista. Em outras palavras, ele deve despir-se de suas visões estereotipadas e conceitos “pré-formatados” para enxergar diferentes angulações e contextos” (PENA, 2007:150)

O relativismo cultural é apontado por Everardo Rocha como o método que levaria à superação do etnocentrismo. Essa postura orienta a analisar as culturas e os indivíduos dentro de seu contexto fugindo do método comparativo que em última instância não sustenta o fazer etnográfico.

Mércio Pereira Gomes aponta porém três falhas no método de relativização:

“ A relativização é um processo que tende a levar o objeto da pesquisa a só ser compreendido em seus próprios termos. Como, por exemplo um homem poderia compreender e analisar o problema do aborto , se ele jamais o experimentou? Em segundo lugar a relativização deve ser limitada, porque a comparação é imprescindível para se chegar a compreensão de que há semelhanças entre coisas aparentemente diversas e diferentes(...). Terceiro, porque cada cultura ou indivíduo carrega seu próprio ethos para se comunicar e entender o outro (...). Levar o relativismo como método as suas propriedades finais terminaria produzindo a impossibilidade do conhecimento.” (GOMES,2009:66)

A alteridade é compreendida dentro da antropologia filosófica como uma categoria de relação que busca alcançar a complexidade do homem. Tal categoria versa sobre o reconhecimento da diferença como condição ontológica da constituição humana, segundo a qual, o “outro” sendo é co-partícipe da definição do eu, por ser justamente aquilo que lhe escapa, lhe falta. Portanto, a diferença não pode ser anulada dentro das relações humanas.

No entendimento do filósofo L. Jolif é impossível absorver completamente o ‘ mundo dos indivíduos, visto que ele está sempre se construindo , ele define:

“A categoria da Alteridade abre-nos à compreensão profunda do caráter dramático da existência. Exige, de fato, a renúncia à perfeita imanência e à subjetividade; faz-nos perceber a existência como um perpétuo intermédio; situo-me ao situar o outro, retiro-me da abstração e do vazio imutável, ao reconhecer e assumir, dentro de mim mesmo, a diferença.” (JOLIF, 1970:176)

Para a pesquisadora Isabel Travancas é no espaço aberto pelos meios de Comunicação onde deve ser exercitada a relativização cultural, pois é onde “se definem as identidades, se marcam as diferenças e se negociam alianças. Em outras palavras, onde se definem e redefinem as fronteiras internas da cultura contemporânea”(TRAVANCAS, 2003:24)

2. A Revista

A publicação que marcou a história do jornalismo brasileiro, na opinião do pesquisador J. S. Faro, surge em abril de 1966 com a proposta inovadora de replicar no País um novo método de apuração e redação jornalísticas experimentadas à época por jornalistas norte-americanos, conhecido como *New Journalism*. Realidade trazia também em seu escopo o propósito de retratar o povo brasileiro, desvelar e registrar mudanças de comportamento na sociedade.

A Editora Abril, fundada no início da década de 1940, pelo ítalo-americano Cesar Civita, se instala no mercado editorial sul-americano como “distribuidora” dos quadrinhos do Pato Donald na Argentina. Dez anos depois, seu irmão Victor Civita traz uma filial para o Brasil e amplia o encarte incluindo traduções de revistas italianas. Com a diversificação de suas publicações, em meados da década de 1960, a Abril se consolida no ramo jornalístico.

Uma década antes do surgimento de Realidade, o jornalismo brasileiro inicia uma mudança de paradigma. Segundo Alzira Abreu, no livro *A Modernização da Imprensa* os anos 50 representam a passagem do modelo francês de produção de notícias, onde opinião e informação se fundiam e migra-se para o método americano, que prevê isenção e impessoalidade no resultado final do trabalho jornalístico.

A pesquisadora destaca que, nos 20 anos que se seguiram, o mercado editorial viu muitos jornais diários capitularem. A despeito do “milagre econômico” vivido de 1967 a 1973 no País, o jornalismo impresso diário amargava dificuldades financeiras. “O aumento do preço do papel desencadeou o processo de fechamento de muitos jornais que já enfrentavam problemas financeiros de gestão e sofriam restrições de ordem política” (ABREU, 2002:18)

Quanto às revistas ilustradas contemporâneas à *Realidade*, tais como *Manchete*, *O Cruzeiro* e *Fatos e Fotos*, a autora aponta que na década de 1960 as publicações tiveram maior expressão no mercado, mas definharam por não conseguirem remodelar-se e competir com a velocidade de informação do telejornalismo. “Elas usaram excessivamente a fotografia e a cor, mas a densidade informativa permaneceu baixa. O surgimento da televisão aumentando a velocidade da informação exigia uma reestruturação no formato e no estilo das revistas.”(ABREU, 2002:18)

Segundo o jornalista Thomaz Souto Corrêa, os planos de Robert Civita, filho de Victor, era produzir uma revista que fosse veiculada semanalmente junto aos jornais de maior circulação, a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, uma espécie de suplemento como se fazia nos Estados Unidos. Com a desistência de Folha no acordo, a solução foi fazer uma revista mensal, na qual fosse traçado o panorama, nome que inclusive foi cogitado como título, da vida do brasileiro.

“Começou com o projeto de uma publicação gratuita e se tornou a revista de maior sucesso daquele momento. Já surge com força de texto, reportagem e imagem difícil de igualar. Era o sonho de qualquer editor: mensal, com tempo para ser feita, e de interesse geral.” (CORRÊA apud BLASS 2010:109)

Conforme o relato do jornalista José Carlos Marão no livro *Realidade Re-vista* (2010), a periodicidade foi um ponto delicado e que gerou debates dentro da redação. Alguns apontavam que uma revista mensal perderia no fator atualidade, enquanto outros argumentavam que essa limitação seria recompensada com a análise em profundidade nos temas a serem abordados.

A pesquisadora Letícia Nunes de Moraes remonta a atmosfera vivida durante a idealização da revista, por meio de entrevistas e artigos escritos pelos jornalistas que compuseram a redação de Realidade. Paulo Patarra, redator-chefe e mentor do projeto de Realidade relatou que o público alvo seria masculino, visto que as revistas *Cláudia*, *Capricho* e *Manequim* também encartadas pela Abril eram destinadas para mulheres, mas os temas seriam de interesse geral.

As prioridades para que construíssem uma “revista de prestígio” seriam a “escolha dos assuntos, a qualidade do texto e a apresentação” (Patarra, apud MORAES,2007). Cuidados como a qualidade do papel a ser impresso, o equilíbrio entre o texto e as ilustrações foram mensurados para a concretização do audacioso projeto editorial.

Conforme os arquivos da Abril, o primeiro número da revista alcançou a tiragem de 250 mil exemplares e sumiu das bancas em três dias. A média de leitores no primeiro ano da revista 1,5 milhões por edição. Cerca de um ano depois circulavam por todo o Brasil 505 mil exemplares por mês, desempenho que faz frente às publicações atuais da editora.

Em edição especial sobre a revista, o jornalista Tiago Cordeiro enumera os pilares que consolidaram Realidade como uma das revistas mais lidas em todo o País, eram eles: “Novo Jornalismo, temas polêmicos, revistas temáticas, fotos emocionantes e edição inteligente” (CORDEIRO, Edição Especial Realidade, Editora Abril)

2.1 A revista e o regime

Realidade nasceu sob a vigilância da ditadura militar, durante o governo do general Castelo Branco, o que desperta a recorrente indagação de pesquisadores sobre o possível alinhamento ou enfrentamento ao regime de exceção. Analisando o primeiro editorial da publicação, Letícia Nunes, autora de *Leituras da Revista Realidade* afirma:

“O texto é tão genérico que fica impossível especular, por exemplo o que Victor Civita [fundador da Editora Abril] pensava a respeito do governo do general Castelo Branco e do golpe militar de 1964. Ou então qual a relação, se é que existiu alguma, entre a perspectiva de futuro que é apresentada e o governo militar”(MORAES, 2007:45)

A pesquisadora aponta na sua pesquisa a polêmica que surgiu no ano de 1967, quando o decreto-lei 207 tornou possível que estrangeiros chefiassem empresas jornalísticas no País. A Editora Abril, foi fundada por uma família de ascendência ítalo-americana, e recaiu sobre os Civita a acusação de haverem feito pressão política para a aprovação desse decreto para poderem regularizar sua condição de empresários do ramo jornalístico.

No recém lançado *Realidade Re-vista* (2010), José Carlos Marão e José Hamilton Ribeiro revisitam suas lembranças enquanto repórteres de Realidade. Marão conjectura que apesar de boa parte da equipe fazer parte de grupos clandestinos de combate à ditadura não houve confronto direto. “A resistência ao regime não ocorreu, pelo menos de forma explícita ou direta. A criatividade na pauta e na finalização mostrava uma revista contestadora e irreverente, mas que nunca foi para o confronto” (MARÃO, 2010:17).

Opinião endossada por Milton Coelho da Graça, o jornalista explica que a revista alvejava não a política do regime militar, mas a os valores morais que ele sustentava.

“Contestava os valores socioculturais do ideário do golpe, com matérias sobre o direito da mulher, medicina, drogas, assuntos que a ditadura queria tapar com uma pedra (...) Tornou-se combativa, não em relação à política propriamente, mas em relação a todos os valores culturais, morais e sociais relacionados ao regime.”(GRAÇA apud BLASS, 2010: 111)

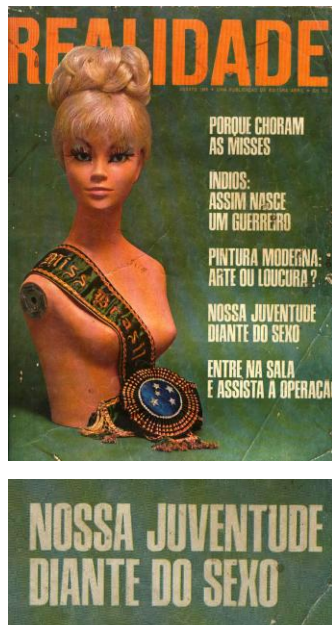
Mesmo optando por se esquivar de um embate direto com o governo, a revista sofreu duas apreensões. Como informa Letícia Nunes, em agosto de 1966, a edição dedicada a desenhar o perfil do jovem brasileiro publica a primeira parte do resultado da pesquisa “A Juventude diante do Sexo”. A edição seguinte traria a continuidade desse tema, mas o Juizado de Menores da Guanabara, alegando que o conteúdo era “obsceno e chocante”, ameaçou recolher de todas as bancas o número caso os jornalistas insistissem em questionar o tabu da sexualidade.

No ano seguinte, em janeiro de 1967, *Realidade* se atreve a reportar a “revolução” que a mulher brasileira estava protagonizando. O juiz de menores da capital paulista ordenou que mais de duzentos mil exemplares fossem confiscados, pois “ofendiam a dignidade e a honra da mulher”. Na capa, a chamada “Assista um parto até o fim” apelava para o elemento que causou a apreensão: as fotos da operária gaúcha Zenaide dos Santos parindo sua filha. A edição foi liberada para circulação dois anos depois quando o Supremo Tribunal Federal considerou a argumentação dos advogados da abril reproduzido por Roberto Civita, o diretor de redação, em edição especial sobre a revista:

“Havíamos dedicado vários meses à preparação de especial 'A Mulher Brasileira Hoje' e, como escrevi em sua apresentação, a retratar a 'revolução tranquila e necessária – mas não por isso menos dramática' que as mulheres estavam realizando. Consideramos o resultado um retrato ousado, porém fidedigno de como as brasileiras da época viviam, trabalhavam, amavam e pensavam, mas certamente não obsceno e atentatório a seja o que for, com exceção do obscurantismo e da censura.” (CIVITA, edição especial sobre Realidade:10)

Figura 1. Capas das edições apreendidas pelo regime militar respectivamente em agosto de 1966 e janeiro de 1967, o conteúdo foi considerado pelo poder judiciário como

subversivo e despudorado. As chamadas na capa foram o estopim para a decisão de retirá-las das bancas



José Carlos Marão considera que os trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre a revista, se atêm muito mais a uma postura política circunstancial e relegam ao segundo plano o aspecto que ele julga ser mais relevante: a mudança de comportamento que Realidade disseminou e insuflou.

“Os estudantes que, hoje, procuram os velhos profissionais de *Realidade* como fonte para seus trabalhos não se dão conta de que muito do comportamento atual - como a liberdade para namorar ou ficar, o desprezo pelo tabu da virgindade, a igualdade de direitos da mulher de casar, descasar, casar de novo – começou a despontar no período de 1966-1968.” (MARÃO, 2010:17)

2.2 Montagem da equipe.

No ano de 1964 começam as articulações para estruturar uma nova revista na Editora Abril. Conforme o relato do jornalista Carlos Azevedo no seu livro *Cicatriz de Reportagem*, a equipe que atuava em outras publicações da editora sabia dos planos de

expansão da empresa, e Paulo Patarra, à época diretor de *Quatro Rodas*, foi quem tomou a frente na elaboração de um projeto de revista. “ [Patarra] Reunia-se sistematicamente com a direção da Abril para defender seu projeto, negociando com flexibilidade e transmitindo segurança” (AZEVEDO, 2007: 97).

Tal como foi dito anteriormente, o esboço de uma revista mensal, de excelência gráfica e textual, argumentado por Patarra aos dono da Abril prenunciava um produto que assumiria o *front* nas bancas e representaria a empresa. “Para a Editora, a revista é cartão de visita, bandeira, prova de sua capacidade de bem editar” (PATARRA apud MORAES, 63).

Conforme descreve Azevedo, Patarra encarregou-se também de escolher a dedo aquela que seria a redação de Realidade, ele convidou repórteres de outras revistas para compor sua futura equipe. De *Quatro Rodas* trouxe José Hamilton Ribeiro, o diretor de arte George Duque Estrada e o próprio Carlos Azevedo. Luís Fernando Mercadante, que consagrou-se com seus perfis de políticos, e Narciso Kalili vieram de *Intervalo*. Sérgio Souza foi convidado para ser editor ainda em 64, época em que José Carlos Marão deixou a seção de esportes do jornal *O Estado de S. Paulo*. “Começaram a chegar os fotógrafos Geraldo Mori, Luigi Mamprim, Walter Firmo, Festejávamos todos que iam chegando.” (AZEVEDO, 2007:98)⁵. O autor de *Cicatriz de Reportagem* traça um perfil daqueles jovens:

“Pelo que me lembro, era uma turma mais intuitiva que estudiosa, autodidata, só alguns poucos tinham curso universitário completo, alguns estudaram só o primário, anárquica, indisciplinada que leu menos Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda e mais Machado de Assis, Monteiro Lobato (...) que ouvi mais Pixinguinha, Lamartine Babo e Vinícius do que Villa-Lobos. ‘Partejou’ Chico Buarque, Gil, Caetano e Roberto Carlos (...) Bossa Nova e Cartola era bem vindos, Beatles e Rolling Stones ainda não(...) Que viu de passagem Portinari e Anita Malfatti. Que não se deu conta de Niemeyer até a construção de Brasília.” (AZEVEDO, 2007: 104)

Letícia Nunes de Moraes afirma que Patarra estabeleceu somente dois critérios para selecionar os seus: havia de ter “bom texto e bom caráter”. A pesquisadora o

5 São mencionados por Carlos Azevedo: o diretor de redação: Robert Civita; os editores: Paulo Patarra , Sérgio Souza, Murilo Felisberto e Hernani Donato; os repórteres José Hamilton Ribeiro, José Carlos Marão, Narciso Kalili, Luís Fernando Mercadante, George Duque Estrada, Woile Guimarães, Milton Severiano da Silva, Roberto Freire, Duarte Pacheco Pereira, Hamilton de Almeida, Eurico Andrade, Otoniel Pereira, João Antônio, Paulo Henrique Amorim, Hideo Onaga, Micheline Gaggio Frank, Svetlana Novikow, Norma Freire, Junko Iamanaka, Octavia Iamashita e os fotógrafos: Geraldo Mori, Luigi Mamprim, Walter Firmo.

entrevistou e reproduziu alguns trechos em seu livro “Foi gozadíssimo. Eu só queria gente da Abril. Tirei gente daqui e dali(...) Eu conhecia todo mundo, era um grupo muito homogêneo, apesar de muito diferente, mas muito homogêneo no sentido de que eram todos patriotas.” (MORAES, 2007:68)

Repórteres iniciantes, sonhadores e engajados sendo reunidos por um ideal editorial em comum: produzir uma revista que marcaria a história da imprensa nacional. José Carlos Marão relata que os escolhidos sentiam que faziam parte de um projeto grandioso, que presenciavam um momento especial no jornalismo brasileiro. Estavam todos conscientes de seu talento e sua missão. “Havia uma união de propósitos, de formação e de esperança (...) Aconteceu uma equipe dos sonhos, um *dream team*, pelo menos no modesto julgamento da própria equipe”(MARÃO, 2010:25)

2.3 Liberdade vigiada.

Houve, desde o princípio, uma tensão ideológica dentro de Abril. Apesar de boa parte de seus jornalistas militarem contra a ditadura e assumirem um perfil de esquerda a empresa não aprovava o estigma de comunista em seus produtos. Paulo Patarra, devido a sua inclinação esquerdista, foi visto com reservas para a chefia de Realidade, antes mesmo de encabeçar o projeto foi acusado de organizar uma célula comunista dentro da Abril. A suspeita, mesmo não tendo sido levada a cabo por Victor Civita, alertou-o para a necessidade de equilibrar as tendências ideológicas dentro de sua equipe.

Azevedo conta que a equipe sugeriu o nome de Murilo Felisberto para dirigir a redação, Murilo era conhecido por seu perfil conservador e faria um contraponto à maioria de esquerda, Patarra ficaria encarregado de ser o redator-chefe. A tentativa foi frustrada: “Após dois meses de trabalho, e a realização do primeiro número zero, ficou claro que seria Murilo ou Patarra. Os dois se respeitavam, mas era duas cabeças diferentes, não somavam, contradiziam-se.”(AZEVEDO, 2002:98)

Ouviram-se a opinião dos demais membros e a maioria respaldou a escolha de Patarra, Murilo findou por demitir-se, mas a decisão final de quem assumiria a direção foi tomada por Victor Civita, o dono da Abril. Victor colocou no posto seu filho Robert,

recém-chegado dos Estados Unidos, onde fora estudar Jornalismo. Ele representaria a postura da empresa ante as ousadas ideias do grupo que Azevedo intitula como “bando de loucos”.

A decisão foi acertada. Até outubro de 1967, quando Robert foi assumir outros projetos da Editora, houve equilíbrio entre interesses. O herdeiro de Victor se revelou um jornalista talentoso e comprometido com a revista, por vezes “comprou a briga” da equipe, quando saiu foi substituído por Patarra. José Hamilton Ribeiro recorda:

“Paulo Patarra dividia com Roberto Civita o comando político-editorial da revista. Patarra empregado, marxista, honesto; Roberto patrão, agente do imperialismo americano, honesto (...) Foi bom trabalhar numa revista rica (as condições de trabalho eram ótimas, o salário também) dirigida por uma dupla comuno-americana.” (RIBEIRO, 1987:92)

2.4 Uma reunião de pauta em *Realidade*

Algumas percepções convergem nas diversas narrativas dos que testemunharam os primeiros passos da revista. Os repórteres falam de companheirismo, aventura, paixão e humor na atmosfera que respiravam no 12º andar do prédio que ficava na Rua João Adolfo no centro de São Paulo.

A cada edição havia um espectro temático a preencher, doze matérias que comporiam o que Mylton Severiano da Silva, ex-repórter de *Realidade*, define como caleidoscópio. “Todo número tinha de abarcar a realidade em doze facetas, tais como: política, esporte, mulher, doença, Brasil, tragédia, religião, sexo(...)” (SILVA apud MORAES, 2007:45)

O esqueleto era montado em três etapas. Na primeira, reunia-se apenas a redação à noite quando, movidos pelo afã de denunciar a realidade social do país, pelo desejo construir reportagens que perfilassem uma nação gigantesca como o Brasil e também pelo uísque nacional, membro honorário das reuniões de pauta, faziam um *brain storming* anárquico e criativo, como descreve Marão: “Na criatividade movida a álcool valia falar tudo. Nenhuma idéia por mais absurda ou idiota que fosse era rejeitada nessa primeira reunião(...) Havia sempre alguém que não bebia que anotava tudo.”

O passo seguinte ficava por conta dos editores, Paulo Patarra e Sérgio de Souza que nos dias seguintes escolhiam as melhores propostas e encarregavam cada um a escrever um esboço que seria apresentado ao diretor-filho-do-dono, Robert Civita. Outro sentimento que marcou aqueles jornalistas foi a liberdade de que desfrutavam e o que os unia. Era estimulante para eles sugerir os temas, discutí-los, defender ideias com a convicção de que era realmente possível que “emplacassem” na edição seguinte. As lembranças são também marcadas pelo afeto, como a do editor de texto Sérgio de Souza.

“Trabalhava-se muito e com muito prazer. Criou-se uma relação de vínculos profundos de amizade entre quase todos os que faziam parte da equipe. Cada assunto profissional era discutido exaustivamente, assim como assuntos pessoais e até íntimos. As conversas, a troca de opiniões, a crítica, o elogio, tudo passava pelo ambiente da redação e transbordava para os bares ou restaurantes, para a casa de um ou de outro.” (SOUZA, apud MORAES, 2007:69)

Quando acontecia a reunião de pauta oficial, a redação se preparava para convencer Robert Civita a aceitar as propostas. Carlos Azevedo lembra que havia uma tática, uma encenação previamente combinada em que um deles propunha a pauta, outro questionava, outro defendia os demais acompanhavam e por fim, Patarra, fingindo-se de ressabiado, acatava.

Robert compelido pela empolgação da maioria cedia, mas era possível perceber sua preocupação. “Havia ocasiões em que dava pra ler nos seus olhos: ‘Meu pai vai me comer’. Mas é preciso que se diga, pelo menos aparentemente, ele segurava a barra.” (AZEVEDO, 2007:101). Admirador do liberalismo e do *american way of life*, Civita preferia histórias de trabalhadores que “venciam na vida” por seus próprios méritos, o que definiu como “verdades positivas” (PATARRA apud MORAES, 2007:72). Havia o cuidado de equilibrar o teor da edição, fazendo com que o ardor revolucionário e contestador do grupo não trouxesse complicações políticas para a Editora.

A execução das pautas obedecia a parâmetros comuns: a pesquisa sobre o tema, a vivência do repórter da questão sobre a qual escreveria, princípios do *New Journalism*, como será detalhado posteriormente. Realidade foi um retrato de seu lugar, de seu tempo e de seu povo, portanto como frisa Marão: “O cenário era o Brasil (...) Os personagens eram gente comum, nos quais o leitor podia se projetar.”(MARÃO, 2010:31)

Cumprida a pauta vinha etapa de edição, cuja maior preocupação era sincronizar texto e imagem, de forma que títulos, legendas, matéria e fotos se interconectassem na

página. Mister executado com maestria pelos editores e pelo qual a revista é referência ainda hoje. *Realidade* exigia de seus criadores dedicação sem reservas

“Era necessário trabalhar com três edições na cabeça. Uma a que estava na gráfica, onde ainda seria possível fazer acertos de última hora. Outra a que estava em pleno andamento, com matérias sendo editadas. E a terceira, aquela que estava sendo criada. Sem falar na que estava nas bancas repercutindo.”(MARÃO, 2010:30)

Esforço que era recompensado na pesquisa de opinião dos leitores realizada com prazer pelos próprios jornalistas nas bancas de revista no centro de São Paulo. Pelas ruas eles iam indagando seus leitores “É boa essa revista? O que tem de bom aí?”.

2.5 Filhos de 60

Os profissionais que compuseram a revista refletiram nas reportagens produzidas o espírito de contestação de tabus e de combate a repressão iniciados na década de 1960. O mosaico de acontecimentos históricos, como a Guerra do Vietnã, reportada por José Hamilton Ribeiro (e, por conseguinte, a oposição ao imperialismo americano), a experiência da contracultura norte-americana, o “Maio de 68” na França, a revolução sexual, o AI-5, os repúdio golpes militares da América Latina nortearam o ideário comum daquela geração de jornalistas.

Carlos Azevedo traduz o sentimento coletivo de inquietação de perceber que a História “dobrava a esquina” e iniciava um novo tempo.

“Era um momento raro de ebulição, em que antigos modelos e preconceitos explodiam e se desmanchavam à nossa volta, em que as feministas anunciavam um novo protagonismo da mulher. Urgia ler Lênin e Sartre⁵ para tentar entender o que parecia ser o começo de uma nova época na História (...) Enfim era uma turma que não tinha tempo a perder, sentia a urgência de participar daquele mundo em transformação, que, achávamos, seria dos jovens e nunca mais seria o mesmo. (AZEVEDO, 2002: 105)

⁵ Segundo o sociólogo Marcelo Ridenti (2005), na década de 1960 houve uma aproximação dos intelectuais brasileiros com os princípios do filósofo francês Jean-Paul Sartre. Sartre é um dos difusores do existencialismo, doutrina que condiciona a essência do homem, antes de tudo, a sua condição de existência. A obra de Sartre versa também sobre a liberdade, seu legado respalda o engajamento político que aconteceu naquela década.

Mesmo pertencendo a uma grande empresa, e tendo grande inserção popular por sua tiragem e poder de circulação, o jornalista Bernardo Kucinsky identifica na publicação características da imprensa alternativa. Alguns dos seus fariam parte jornais alternativos, como o escritor Roberto Freire em “Bondinho” e Raimundo Pereira em “Amanhã”. “Realidade seria uma matriz importante do ciclo alternativo, nela estando raízes de duas das principais vertentes da imprensa alternativa, a que se pode denominar de vertente existencial e vertente política”. (KUCINSKY, 1991: 20)

O papel de elemento cultural tradutor dos acontecimentos da época e catalisador de uma mudança de comportamento é ressaltado pesquisador J. S. Faro

“Realidade partilhou com seu público os significados de uma época; permitiu que a informação ganhasse uma perspectiva globalizadora e se tornasse, ela própria, uma categoria de análise do cotidiano. Aqueles que imaginavam estar vivendo o amadurecimento político e os desafios existenciais na década de 60 sentiram isso em cada número da revista” (FARO,1999: 5)

2.6 O Fim

Realidade só desaparece das bancas em 1976, mas cerca dois anos depois de seu lançamento, em dezembro de 1968, o vigor já não era o mesmo. O AI-5 fechava o cerco para a imprensa, e internamente a editora começava a estrangular sua cria diletta, para que *Veja*, a nova rebenta ocupasse seu lugar.

Como foi dito, a figura de Patarra numa posição de chefia na revista e uma equipe de jornalistas militantes era uma situação delicada para os donos de Abril, e quando houve o prenúncio de que a ditadura iria intensificar a censura, eles decidiram se antecipar ao que viria. Em 1968, houve uma mudança editorial no projeto de Realidade: em vez de reportagens ousadas que contestavam o *status quo*, os empresários quiseram formatar um modelo que foi classificado pela equipe como “matérias digestivas”, sem a mesma profundidade de antes.

Patarra preferiu abrir mão da revista que criara a vê-la transformada numa versão da *Seleções* (revista de entretenimento), ou como a redação apelidou: “*Realeções*”. Pediu transferência de cargo dentro a empresa e, ao ver o líder debandar os

jornalistas também desertaram. Perceberam que era o começo do fim para *Realidade* e num mesmo dia demitiram-se onze repórteres, ao todo foram 16, praticamente toda a redação foi embora, alguns deles, com Narciso Kalili e Carlos Azevedo foram militar na imprensa alternativa.

No ano seguinte, alguns retornam para a revista e vivenciam o momento classificado por José Carlos Marão, como segunda fase: “As cautelas, nas matérias, eram muito maiores, embora nunca tivesse havido censura dentro de *Realidade*, como estava ocorrendo em outras redações.”(MARÃO, 2010; 25) Marão faz uma ressalva de que nem tudo havia se perdido ainda , e no início de 1970 ainda foram publicadas boas matérias, mesmo com o sentimento de que “o encanto estava quebrado”. O quadro se tornou insustentável quando mudou-se o projeto gráfico e a revista perdeu altura, largura e densidade, pois consolidou-se a ideia de uma revista superficial para “passatempo” dos leitores.

2.7 A Reportagem e o Novo Jornalismo em Realidade.

É necessário detalhar o tipo de reportagem feita em *Realidade*. Esse tipo de texto, classificado pelo teórico José Marques de Melo como pertencente ao gênero informativo, um “relato ampliado de acontecimentos que produziu impacto no organismo social” (MARQUES DE MELO, 1986, 11) também responsável por contextualizar e relacionar fatos ocorridos na sociedade. Contudo, a reportagem ganha novos contornos no período em que a revista esteve no auge, para além das características informativas é priorizado a interpretação da conjuntura política, sociológica de seu tempo.

Conforme J. S. Faro, a efervescência cultural da década de 1960 possibilitou uma confluência de interesses entre o leitor e o jornalista por uma reportagem que se desprendesse das limitações de objetividade, (mas nunca de veracidade) e incluísse no relato as percepções do autor, no que tange às reproduzir personalidade, estado de espírito do personagem.

Dessa forma, a conjuntura político-cultural do país, no período indicado, se não reinventava o gênero - que sempre esteve presente na imprensa brasileira

-, cobrava do jornalismo, em razão da demanda cultural do público e em razão das características estruturais da formação intelectual de parcela significativa do profissional de imprensa, uma postura renovada na abordagem da informação. (FARO, 1999:50)

Ponto de vista corroborado por Edvaldo Pereira Lima, o estudioso identifica lacunas no trabalho da imprensa, bem antes do período revolucionário de 1960, após a Primeira Guerra Mundial já era verificado “que a imprensa estava muito presa aos fatos, ao relato das ocorrências, mas era incapaz de costurar uma ligação entre eles, de modo a revelar ao leitor o sentido e o rumo dos acontecimentos (LIMA, 2009: 19)

Essas circunstâncias somadas ao método do Novo Jornalismo que foi abraçado pela equipe de *Realidade*, convergem para a introdução de um tipo inovador de apuração e escrita jornalística ainda não identificada no País. Carlos Azevedo, integrante da equipe de *Realidade*, dá a sua definição do gênero que praticou na revista.

“A reportagem é um recorte da realidade, de um momento da vida de uma sociedade, filtrado pelo olhar do repórter, essa testemunha que invade o cotidiano e o registra, ainda que esse olhar seja enviesado pela sua subjetividade e pelo condicionamento histórico inevitáveis. Transitória, depois de publicada, a reportagem é condenada ao esquecimento, sepultada nos arquivos. Mas ela não morre, é fonte para a História.” (AZEVEDO, 2007: 15)

O modelo que impulsionou o jornalismo ousado da revista *Realidade* foi aquele experimentado por Tom Wolfe, Gay Talese, Truman Capote nas páginas da revista norte-americana *Esquire* e do jornal *New York Herald Tribune* ou em livro-reportagens como *A Sangue Frio* de Capote. No livro que se tornou manifesto desse novo modo de reportar, Wolfe detalha que na década de 1950, o jornalismo não poderia atrever-se a desviar-se do modo burocrático de noticiar, havia, segundo ele um modelo a ser seguido que resultava em notícias “de tom bege pálido” como ele mesmo descreve.

“Quando chegavam àquele tom bege pálido, isso inconscientemente os alertava de que ali estava de novo aquele chato bem conhecido, “o jornalista”, a cabeça prosaica, o espírito fleumático, a personalidade apagada(...)Isso nada tinha a ver com a objetividade e a subjetividade, ou com assumir uma posição ou um “compromisso” (WOLFE, 2005:33)

Havia uma hierarquia entre os jornalistas, os “repórteres de furo” condenados ao rés do chão das apurações prosaicas e havia o repórter especial, detentor de maiores

liberdades na redação de sua reportagem. Conforme o relato de Wolfe, os “homens de notícias” aspiravam alcançar o título de “homens de letras” e as reportagens especiais era a porta de entrada para isso. “Se um jornalista aspirava a status literário, o melhor era ter o bom senso e a coragem de abandonar a imprensa popular e entrar para a grande liga”(WOLFE, 2005:18) .

A partir de 1966, escrever um romance de não-ficção era uma meta para muitos, que se espelhavam na principal obra do jornalista Truman Capote que durante cinco anos investigou o assassinato de uma família no estado do Kansas e apresentou a apuração com recursos literários comparáveis àquela literatura que almejavam.

O tipo de apuração que desenvolviam exigia uma aproximação intensa com o personagem. Apesar das críticas que receberam sobre fazerem um jornalismo ficcional, Wolfe afirma que apenas um rigoroso processo de levantamento de informações permite que o autor tome liberdades na construção da reportagem. “Só através das formas mais investigativas de reportagem era possível na não-ficção, usar cenas inteiras, diálogo extenso, ponto de vista e monólogo interior.” (WOLFE, 2005:38)

O professor Felipe Pena sistematiza algumas características do Novo Jornalismo, são elas: “Reconstruir a história cena a cena; registrar diálogos completos, apresentar as cenas pelos pontos de vista dos diferentes personagens; registrar hábitos, roupas, características simbólicas do personagem” (WOLFE apud PENA, 2006:54).

Para defender a proposta deste trabalho, destacamos três peculiaridades do objeto de análise: a primeira está na dimensão da vivência da pauta, do imperativo dentro da equipe de experimentar aquilo sobre o que se iria escrever. Parâmetro esse que era comum ao método do Novo Jornalismo e à produção de uma “descrição densa”, como Malinowski definiu uma etnografia (ver primeiro capítulo). Tal modo que é explicitado pelo autor de páginas ampliadas, Edvaldo Pereira Lima, sobre a *Realidade* ele afirma: “O repórter e o fotógrafo mergulham na mesma missão de *observação participante* por um prazo em geral dilatado de captação” (LIMA, 2009:228)

Wolfe propaga um ensinamento sobre a forma ideal de interação com a pessoa a quem se analisa: “A maioria dos bons jornalistas que espera entrar no mundo de alguém e ficar lá por algum tempo procede com muita delicadeza e não bombardeia com perguntas seus personagens.” (WOLFE, 2005: 84). Esse procedimento, como já foi explicitado, também é de suma importância no processo de observação do objeto de estudo de um antropólogo.

Outra característica fundante do movimento criado por Wolfe e replicada na revista é a de enxergar pelos olhos do personagem, tentar reproduzir a sua forma de pensar em vez de fazer pré-julgamentos. “Em vez de chegar como um locutor descrevendo a parada, mudava o mais depressa possível para dentro das órbitas oculares das pessoas a história” (WOLFE, 2005:34) e ainda “Às vezes, eu usava o ponto de vista no sentido jamesiano em que os autores de ficção o compreendem, entrando diretamente na cabeça de um personagem, experimentando o mundo através de seu sistema nervoso central.” (WOLFE, 2005: 35).

Essa busca de apreender a visão de mundo do outro proporciona aquilo que os antropólogos conceituam como relativização cultural e também é um fator que leva ao exercício da alteridade.

É salutar também que seja destacado a dimensão das possibilidades abertas no fazer jornalístico quando este se aventurou a absorver conhecimentos de outra área de conhecimento, como a Literatura. Quando os profissionais se permitiram ascender a uma condição que lhes era vetada, houve uma evolução epistemológica no Jornalismo. Partindo do pressuposto de que existe mais entre Antropologia e Jornalismo que supõe o nosso vão conhecimento. Aqui cabe o questionamento: o que haverá para ser descoberto nessa simbiose?

3. Reportagens antropológicas

Este capítulo é dedicado à análise documental de quatro reportagens de Realidade ao passo em que comparamos o olhar jornalístico e o olhar antropológico de três formas. Comparamos o comportamento dos dois profissionais *in loco*, a partir dos relatos que cada repórter faz do momento da apuração, como a preparação, as dificuldades, as técnicas de cada um se assemelham?

Uma possibilidade de comprovar a semelhança possível entre reportagens e etnografia é colocando-as lado a lado. Escolhendo trabalhos como o mesmo foco foi possível observarmos o quanto há de comum no produto final de ambas. O outro método foi de identificar dentro do microuniverso do texto da revista a aplicação de macroconceitos da Antropologia. Cada análise é precedida de um perfil do repórter e as memórias saudosas a cada uma daquelas reportagens.

3.1 Carlos Azevedo, o repórter indigenista.

Carlos Azevedo produziu a reportagem “Índinho brinca de índio” para *Realidade* em agosto de 1966. O propósito da pauta, sugerida por ele, era mostrar o rito de passagem de um garoto da tribo dos iaulapitis, habitantes do Parque Indígena do Xingu, que estava sendo preparado para se tornar um guerreiro.

Segundo o jornalista, denunciar a iminente extinção da cultura indígena havia se tornado uma causa que defendia dentro dos veículos onde trabalhava. Foi Azevedo que, em 1971, delatou a ameaça da construção de da BR-080 dentro do Xingu, reflexo da postura da Fundação Nacional do Índio (Funai), à época capitaneada pelo general Bandeira Melo, de “civilizar” os índios e transformá-los em fazendeiros.

“Achava, e ainda acho, que os índios, como povos e expressões culturais diferenciados, são patrimônio da humanidade. Via como justa, necessária, a sua preservação. A política indigenista da ditadura era uma violência. Sentia que era importante denunciar, as pessoas precisavam saber.”(AZEVEDO, 2007:14)

O primeiro contato com uma tribo ocorrera antes de trabalhar na *Realidade*. Azevedo fazia parte da equipe da revista *Quatro Rodas*, quando foi incumbido por Paulo Patarra para mapear as tribos remanescentes no Brasil. A reportagem “*Paz para um índio vencido*” (fevereiro de 1965) foi construída com ajuda do legado de antropólogos que se dedicavam a questão indigenista.

“ Durante semanas entrevistei antropólogos e etnólogos, debrucei-me sobre livros na Universidade de São Paulo. Descobria obra de Darcy Ribeiro, a quem não pude entrevistar porque naquele momento amargava exílio (...) A

situação dos índios era trágica, as tribos estavam sendo dizimadas pelo contato com a civilização.” (AZEVEDO, 2007:14)

Aos 24 anos, o jornalista visita nove tribos em seis estados brasileiros e detecta o processo avançado de aculturação que transcorria nas missões religiosas. Ao conhecer os índios Tapuruquara, na missão salesiana de Santa Isabel, no estado do Amazonas, ele fica surpreso ao conversar com jovens índios e descobrir que eles, que estavam crescendo no colégio interno religioso não se consideravam índios e sequer conheciam sua tribo de origem. “Saí de lá convencido de que os salesianos, enquanto tentavam salvar as almas daqueles indiozinhos, iam destruindo sua cultura tribal e suas habilidades, mais apropriadas para quem vivia naquelas paragens” (AZEVEDO, 2007:41)

No ano seguinte, Azevedo retorna ao Xingu dessa vez para acompanhar a preparação de Aritanã, um adolescente nativo, para tornar-se um líder iaulapiti. Conforme Azevedo rememora, a sua expedição e a do fotógrafo Jorge Butsuem foi auxiliada pelo antropólogo Orlando Villas Bôas e também pelo etnólogo Eduardo Galvão. Este último foi uma espécie de fonte oficial, pois a vivência de Galvão junto aos índios facilitou a aproximação do repórter com os nativos. “Ele me deu preciosas informações, eu perguntava dia e noite sem parar, deixei o homem cansado”(AZEVEDO, 2007: 125).

Apesar dessa ajuda, Azevedo não se esquivou do contato com os índios, e procurou fazê-lo de forma mais genuína para que sentisse o que cada vivência significava. Essa busca acabou por despertar nele uma empatia com o povo e seu modo de vida.

“Conversei bastante com o pajé Calucumã, acompanhei os meninos em pescarias, depois fomos nadar (eu também totalmente nu, o que sempre me deu muito prazer porque aprendi a nadar assim nas águas do rio Paraná. Butsuem, muito urbano, não tirava nem a camisa(...)) conversamos com Canato [o cacique dos iaulapitis] e rimos muito porque ele era alegre, esperto e sábio. Assistimos sua extrema habilidade para pescar com lança. Vimos a tribo fazer uma pescaria coletiva usando *timbó*, cipó que batido na água entorpece os peixes”. (AZEVEDO,2007:126)

Pelo que relata houve por parte do fotógrafo uma certa resistência em participar da vida da aldeia com a mesma intensidade com que ele fazia. Interessante o *fait divers*

apresentado de que ao perceberem os traços orientais do fotógrafo nissei, os nativos declararam Botsuem índio como eles.

“ Apesar da recepção calorosa, o que mais Botsuem desejava era que decorresse os três dias até o retorno do avião da FAB para a gente voltar (...)estava sentindo muito desconforto, muito calor, dormindo mal na rede, estranhando a comida, com saudade da família, Botsuem estava decidido a voltar. (AZEVEDO,2007:126)

Essas etapas vividas pela dupla de *Realidade*, assim como seus percalços, se assemelham ao processo descrito pelo antropólogo Roberto da Matta no famoso artigo publicado em 1974 “ *O ofício do etnólogo ou como ter o Anthropological Blues*”, nele Da Matta expõe o itinerário na produção de uma etnografia.

De início, acontece o que ele denomina como “fase teórico-intelectual”, quando o pesquisador, ainda apartado, se debruça sobre seu objeto de estudo, neste momento: “ as aldeias são diagramas, os matrimônios se resolvem em desenhos geométricos perfeitamente simétricos e equilibrados, a patronagem e a clientela política aparecem em regras ordenadas e os índios são de papel” (DA MATTA, 1974: 25).

No momento posterior, o etnólogo está prestes a entrar *in loco* e conjectura sobre as adversidades que terá de passar, o autor afirma que elas também constituem a experiência antropológica. “Observo que a oscilação do pêndulo da existência – onde vou dormir, comer, viver não é nada agradável. (DA MATTA, 1974: 26)

A última instância desse trajeto é a fase “pessoal ou existencial” quando o aprendizado teórico e a preparação para a viagem se condensam na vivência no “estar ali” junto aos nativos e perceber emergirem as afinidades ou as aversões a eles. Da Matta demonstra sinceridade pois não romantiza o trabalho de campo, antes o descreve com suas dificuldades de modo a explicitar a condição humana e, portanto, limitada de um pesquisador. Na fase pessoal é também que se desnuda a percepção da diferença, do estranhamento que precisa ser transcrito com honestidade.

“É vivenciando esta fase que me dou conta (não sem susto) que estou entre dois fogos: a minha cultura e uma outra, o meu mundo e um outro. De fato tendo me preparado e me colocado como um tradutor de um outro sistema para minha própria linguagem, eis que tenho que iniciar minha própria tarefa.”(DA MATTA, 1974:25)

3.1.2 “Indinho brinca de índio”

Expostas as memórias do repórter sobre o *making of* da reportagem, feitas as associações entre os métodos de atuação entre as duas áreas: a Antropologia e o Jornalismo, que julgamos necessárias porque são o propósito deste trabalho, passamos agora à análise do texto da reportagem.

Seguindo os parâmetros do Novo Jornalismo, o autor da reportagem narra os acontecimentos pela angulação dos personagens, dos índios. Os principais olhares pelos quais a vida na tribo é desvelada são o do curumim Piqui-Diauí e do jovem Aritanã, filho do cacique Canato que está sendo treinado para chefiar a aldeia.

De início, é explanado para o leitor o espaço geográfico do Parque Nacional do Xingu, é explicitado para o leitor: o parque é morada de cerca de 600 índios originários dos troncos tupi, aruaque e caribe. É certo que na década de 1960 era ainda mais difícil para o brasileiro urbano imaginar como se constitui aquele espaço e que esta matéria foi pioneira nesta empreitada de revelá-lo. O texto realça esse afastamento entre os mundos: “Rio de Janeiro e São Paulo estão muito distantes: e ali [No Xingu] ninguém tem consciência do que seja esse longínquo mundo dos brancos” (AZEVEDO, 2007:130)

3.1.5 Personagens alegóricos

Acordar muito cedo, banhar-se no rio tomar por desjejum um peixe assado na brasa, ou *moqueado* termo usado no dizer indígena e, antes de sair para pescar, ter o corpo adornado por desenhos feitos com urucum. A descrição da vida do menino Piqui-Diauí dá a dimensão ao leitor de como são cuidadas as crianças da tribo, seus hábitos, sua alimentação, mas as particularidades do comportamento do garoto também são mostradas. “O pequeno remador não é um menino comum: na sua idade outros brincam mais e pescam menos. Os pais só exigem que aprendam o que lhe ensinam e que os obedeçam. O resto do tempo, eu é imenso, podem brincar à vontade.” (AZEVEDO, 2007:133)

Diauá é um exímio pescador, conhece os truques para fisgar tipos específicos de peixe. “Não deixou a isca fundar, quis que deslizesse flor da água como um peixinho. Era uma armadilha para *Sahundo*, o tucunaré, peixe valente que nada rente ao barranco do rio” (AZEVEDO, 2007:130). É possível dizer que os personagens são alegorias dentro do texto, uma forma de retratar as habilidades e tradições ensinadas naquela tribo. O fato de o curumim ser órfão de pai e sua mãe ter-se casado novamente dá margem para abordar como se constroem as relações parentais no seio da aldeia.

“Só a mãe o chama de Diauá. Ela evita chamá-lo de Piqui, que é o nome de um antepassado do pai do menino. Isso acontece porque as tradições do Xingu exigem um tratamento respeitoso nas relações do casal com os parentes do cônjuge. Qualquer deslize nessa área – falar o nome do sogro ou fazer brincadeira com o cunhado – é muito desrespeitoso. Tratam-se por *sogro*, *genro*, *cunhado*. Por isso, quando a criança recebe o nome de um antepassado, precisa ter também um segundo nome para que o outro ramo da família possa chamá-la sem constrangimento.” (AZEVEDO, 2007:134)

O padrasto de Piqui-Diauá é Calucumã, o pajé da tribo que também já fora casado e se desligara da mulher. De acordo com a reportagem, o divórcio é bem aceito dentro da tribo. Quando a mulher desamarra a sua rede o volta para a oca os pais, ou por vingança incendeia a rede do marido, é findado o enlace. Quando isso acontece, o marido anuncia no centro da aldeia o fim do casamento, e havendo desavença a mulher pode defender-se numa luta. No caso de Calucumã, a sua antiga esposa tentou atear fogo à rede enquanto ele dormia. Outro ponto abordado é a suposta naturalidade com que os índios lidam com o sexo.

“As relações sexuais são fáceis em qualquer tempo entre eles. As moças, depois da reclusão em que ficam pela época da primeira menstruação, ganham uma liberdade sexual razoável. Passam por casamentos temporários, com homens influentes da tribo e também mantêm relações com jovens. Em troca, recebem presentes, sem que isso signifique prostituição. Evitam filhos com ervas que provocam abortos. Depois, casam-se. O casamento não significa o fim da liberdade sexual. Acontecerão relações extra-conjugais. Mas se a esposa exagerar, ou for apanhada em flagrante, arrisca-se a levar uma surra de pau e ver a sua infidelidade denunciada em praça pública pelo marido. O homem com quem teve relação não sofre nenhuma punição. Depois do escândalo, a paz entre o casal costuma voltar.” (AZEVEDO, 2007:141)

Sabendo que o a sociedade brasileira passava por uma mudança de costumes a chamada “revolução sexual” era encabeçada pela classe politizada e intelectualizada, e que o repórter Carlos Azevedo pertencia a essa “tribo”, é preciso considerar se não

houve por parte dele algum tipo de projeção que configuraria uma forma de etnocentrismo (ver primeiro capítulo), ainda que não fosse intencional ou mesmo depreciativo.

3.1.4 Aritanã

Um índio adolescente de 16 anos, o primogênito de um dos chefes iaulapiti sendo treinado desde criança para suceder o pai no comando da aldeia. Para isso, o garoto precisava aprender as diversas línguas, e ser tornar o campeão de *huca-huca* em todo o Xingu, uma luta em que os oponentes tentam derrubar o adversário no chão, pois obtendo esse título conquistaria o respeito e a admiração dos demais membros da tribo. É importante destacar a percepção do repórter de que o *huca-huca* carregava entre os nativos uma dimensão simbólica central para definir a hierarquia das tribos.

Quando a dupla de *Realidade* esteve na tribo encontrou Aritanã em reclusão há três na oca paterna de Calucumã, a única atividade a que se dedicava eram os treinamentos de luta. Apesar de esse procedimento de isolar o jovem índio do convívio da tribo durante alguns meses, visando seu amadurecimento, ser comum a todos, no caso de Aritanã era ainda mais especial, pois se tratava de um guerreiro. No texto, o autor explicita as razões desse exílio.

“A outra razão do preparo de Aritanã é que ele precisa honrar seus antepassados, seus avós paterno e materno foram homens de importância, como Canato tem sido, mas para se tornar um homem forte, corajoso e culto, tem de começar assim: preso por longos períodos num canto da casa paterna, refletindo sobre as histórias que o pai lhe conta, comendo bastante para desenvolver-se e treinando duramente para ser campeão das lutas, primeiro requisito para tornar-se homem respeitado. (AZEVEDO, 2007:141)

A preocupação do repórter é reproduzir em sua narrativa o *ethos* do índio, seguindo as diretrizes do Novo Jornalismo, ou seja “olhar através retinas dos personagens”, portanto o jornalista mostra como os índios se sentem em relação aos caraibas, os homens brancos. Essa busca coaduna com o método etnográfico que segundo o antropólogo Luís R. Cardoso de Oliveira, também tem essa particularidade.

“A Antropologia compartilha com a Sociologia o interesse no estudo da organização social, das estruturas sociais e das práticas sociais vigentes na sociedade estudada, mas procura dar uma ênfase maior que esta última na apreensão do ponto de vista interno, do nativo, ou do ator”. (OLIVEIRA, 2007: 07)

O mundo dos brancos desperta a curiosidade, e faz com que os jovens desejem conhecê-lo. O diálogo entre o pequeno Piqui-Diauá e seu amigo Acanain, que já viu de perto a “aldeia” onde mora o caraíba, reflete isso.

“Acanain já esteve em São Paulo por um mês e meio e Piqui está sempre a lhe fazer perguntas:

- É grande mesmo a aldeia dos caraíbas?

- É muito grande, sim.

Acanain não consegue explicar para o amigo o que é São Paulo. O outro pergunta de novo:

- Do que você gostou mais?

- De guaraná, uma água doce que vem dentro de um vidro como a cachaça, só que não mata.” (AZEVEDO, 2007:138)

Há uma resistência para que Aritanã aceite a posição que seu pai lhe destinou. O garoto esteve visitando a cidade onde mora a irmã dos Villas Boas e desde então passa a se sentir nostálgico em relação aos meses em que viveu em São Paulo, entre os brancos, em que recebeu deles presentes e elogios. Mesmo sendo alertado pelo antropólogo dos dissabores de viver na terra dos brancos não consegue sentir-se de outra forma. “Ele não consegue se esquecer de que existe outra vida além da aldeia. Essa atração pela vida dos caraíbas é um sentimento muito forte entre os jovens índios (até Piqui, que nunca saiu do Xingu, constrói avião para brincar)”(AZEVEDO, 2007:143)

O discurso do jornalista não reflete uma postura preconceituosa que mostre o nativo como bárbaro ou incivilizado, em face à cultura exótica, diferente, demonstra até uma certa fascinação com a forma de vida e a organização daquela sociedade. O texto, por sua riqueza de detalhes,

revela que o repórter realiza não só um registro de fatos, mas também a interpretação dos símbolos e das relações sociais dentro do grupo.

3.2. José Hamilton Ribeiro, “o espetáculo é o homem”.

A carreira deste decano do Jornalismo, condecorado com sete prêmios Esso de reportagem, é iniciada em meados da década de 50. O menino de Santa Rosa do Viterbo, cidade do interior de São Paulo, estreia na Rádio Bandeirantes como plantonista noturno quando ainda era estudante de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Tem uma passagem o jornal *O Tempo* de para em seguida, aos 20 anos, ingressar na *Folha de S. Paulo* foi ali que decidiu-se firmemente pela profissão, pelo ofício da reportagem. Uma das conclusões a que chegou sobre o texto jornalístico depois de mais cinquenta anos de profissão é que:

“ Na reportagem, seja qual for o assunto, no fundo o espetáculo é o homem (...) O espetáculo do homem é o homem. Se você faz uma peça técnica que não tem emoção, que não tenha valor humano, ela perde, como Jornalismo, a sua essência.” (RIBEIRO em Revista Entrevista, 2008, nº 19 pág 55)

A próxima parada foi a Editora Abril, José Hamilton trabalhava na redação da revista *Quatro Rodas* quando foi recrutado por Paulo Patarra para compor a equipe de *Realidade*. Sobre esse momento, o repórter reitera que o sucesso da revista se deu pela conjunção de bons profissionais. “Na Realidade foi o seguinte: montou uma boa equipe de profissionais e pôs o dono da empresa como diretor de redação da equipe.(Revista Entrevista nº19 pág 53)”

Em novembro de 1966, três meses após a estreia de *Realidade*, José Hamilton publica a reportagem “Coronel não morre”. A pauta de fazer um perfil do último coronel do Nordeste foi montada em conjunto como afirma José Carlos Marão, o grupo tentava antever o futuro da política clientelista e fisiológica que se vivia à época. “Em uma das reuniões de pauta, entre discussões e ideias surgiu a luz. A equipe

conseguiu ver parte do futuro da política brasileira: os vácuos seriam ocupados em parte, pelos descendentes e apadrinhados dos donos dos grotões ” (MARÃO, 2010:49).

Marão não tem receios de afirmar que “a política brasileira hoje, em alguns pontos, é consequência de fatos registrados por *Realidade* em 1966” (MARÃO, 2010: 51), Um desses registros é de acordo com ele o perfil de um coronel sertanejo escrito por José Hamilton Ribeiro

Como já foi dito anteriormente, era imperativo em *Realidade* que na apuração houvesse a vivência do jornalista daquilo que seria reportado. Este fator é uma das memórias comuns daqueles que fizeram parte do período áureo da publicação. No testemunho de Ribeiro:

“ O repórter só escrevia um linha quando ele tivesse certeza do que tava (sic) falando. E pra isso ele precisava ter vivência do assunto. O repórter pegava um assunto e ia vivenciar esse assunto na medida mais próxima possível (pág 54)

No caso da reportagem que será aqui estudada, o autor consegue o aval de um coronel nordestino pra acompanhar sua rotina, ele viaja para a cidade de Limoeiro no interior de Pernambuco e hospeda-se na fazenda de Francisco Heráclito do Rego, conhecido da sua região como o “senhor das Varjadas”. José Hamilton conta que não foi fácil persuadir o coronel que permitisse ser observado, pois isso implicava tomar conhecimento dos desmandos, dos abusos e mesmo dos crimes cometidos.

O coronel Chico Heráclio só aceitou se tornar o personagem da pauta porque ponderou que seria favorável a sua imagem ser o tema de uma matéria de uma “revista do sul”. Segundo o repórter ele acreditava que poderia controlar o que seria publicado, pois pagaria o repórter pelos seus serviços. Ao tomar conhecimento de que não se tratava de uma matéria paga, ficou ressabiado e depois, quando a matéria já estava circulando, o coronel ainda tentou intimidar o repórter. “Depois que a revista saiu, andei recebendo uma recados estranhos que não vinham diretamente de Chico Heráclio- mas nada que me levasse a pensar em fugir para o Paraguai” (RIBEIRO, 2010: 52).

3.2.1 Antropologia Política.

Assim como no Jornalismo, a ciência antropológica também pode se subdividir em temas que contemplem os diversos setores da sociedade. Ribeiro tem como princípio que o elemento humano sobressaia no texto e é preciso conciliá-lo com o recorte da pauta, que neste caso é político, pois fora incumbido de revelar o homem político que existe naquele rincão nordestino.

De acordo com o antropólogo Mércio Pereira Gomes, a ramificação denominada Antropologia Política se detém a observar a manifestação das relações de poder dentro de um grupo. Há uma divisão entre as chamadas “sociedades igualitárias”, onde não há uma autoridade oficialmente instituída, como o Estado e as sociedades desigualitárias, onde isso acontece. Contudo, em ambas é possível verificar as conclusões a que chegou filósofo francês Michel Foucault, e que fundamentam essa ciência.

“Importante também é considerar o poder como aspecto da sociabilidade humana, uma dimensão que está presente em todos os níveis. Existe poder nas relações entre pai e filho, marido e mulher, patrão e empregado. Toda relação, se seguirmos a teoria da reciprocidade, implica um dar e receber constante, e entre um dar e um receber está um hiato de tempo em que quem deu virou credor de quem recebeu. Crédito a cobrar implica poder.” (GOMES, 2009:129)

O texto de “Coronel não morre” dá conta de trazer à luz essas relações de poder que acontecem num lugarejo chamado Limoeiro, cujo maior “credor” se chamava coronel Chico Heráclio, homem que não deixava nenhum de seus protegidos sem seus favores e nenhum de seus favores sem cobrança.

O meio pelo qual será feita associação entre o texto jornalístico e o texto antropológico é comparando as informações prospectadas pelo repórter e a descrição do antropólogo Darcy Ribeiro sobre o “Brasil sertanejo” publicado no livro *O Povo Brasileiro*, assim como na caracterização de um líder político feito pelo antropólogo Mércio Pereira.

O relato se inicia na casa de Chico Heráclio, na fazenda Varjadas onde recebe seus afilhados ou apadrinhados, cerca de dez mil pela contagem do próprio coronel, para ouvir seus reclames e fazer a atualização de censo de seus eleitores. Todos

são socorridos com as posses dele, pedidos de toda ordem são atendidos, como é mostrado mais adiante:

“Distribui máquinas de costura, monta loja para um, bomba de gasolina para outro, empresta vaca com cria para se usar o leite, arranja mula para quem está precisando de montaria, dá casa de graça para morar. E se gaba de nunca ter cobrado juros do dinheiro que empresta. Mas capitaliza tudo e não só politicamente” (RIBEIRO, 2010:60)

De acordo com Mércio, a Antropologia Política define as características de um líder numa sociedade igualitária, que pode ser reconhecida no sertão, onde o poder estatal não chega e a autoridade é assumida por um habitante local. Primeiro, um líder é tão forte quanto o tamanho da base de parentesco que ele tenha para respaldá-lo, e não necessariamente precisam ser familiares diretos, podem ser também membros do seu clã de protegidos.

“A segunda característica é a exigência social do líder ser generoso com os bens que venha a possuir saber doá-los magnanimamente para seus liderados (...) O doador torna-se sempre um credor. O líder deve ser um trabalhador infatigável para obter mais bens e ter o desprendimento de doá-los, na expectativa de retribuição futura.” (GOMES, 2009:119)

Ao mesmo tempo em que apresenta fisicamente o personagem, o repórter vai revelando a sua influência política e econômica naquele lugar. “Ele está com 81 anos e há 60 sua vontade é lei, não só em Limoeiro, mas em municípios vizinhos, onde também tem terras e votos. Todos conhecem a força do coronel e a respeitam” (RIBEIRO, 2010:60)

Esse tipo de dominação exercida pelo coronel sertanejo sob seus apadrinhados também foi identificado pelo antropólogo Darcy Ribeiro na relação entre o criador de gado e o vaqueiro. No caso da cidade de Limoeiro não é mostrada se a atividade econômica do lugar é exclusivamente a pecuária, mas é possível afirmar que há o domínio econômico na cidade por parte de Chico Heráclio, de forma que a influência descrita também se aplica ali.

“O criador e seus vaqueiros se relacionavam como um amo e seus servidores. Enquanto dono e senhor, o proprietário tinha autoridade indiscutida sobre os bens e, às vezes, pretendia tê-la também sobre as vidas, e frequentemente, sobre as mulheres que lhe apeteassem” (RIBEIRO, 2006: 309)

O machismo apontado por Darcy Ribeiro também faz parte do perfil do coronel que construído na reportagem. O jornalista leva o leitor a deduzir que o homem também recebe, em paga de seus favores, a virgindade meninas da cidade. “Se vê por ali uma moça bonita, novinha, manda o motorista das várias voltas no quarteirão: - Revólver, automóvel e mulher, pra mim só zero quilômetro” RIBEIRO, 2010: 58). Em outro momento é narrado o que o pai leva a filha para convencer o coronel a dar o que ele quer em troca fica implícito que está sendo oferecida a garota.

A autoridade é mantida, além do vínculo financeiro, através de violência física e psicológica. Uma técnica mostrada na revista é o “pantim” mostrado como “tática terrorista que o coronel usa contra os adversários: uma ameaça pesada, com fundo e possibilidade de verdade.” (RIBEIRO, 2010:57). Uma certa dona Maria iria fazer naquela noite uma festa e o opositor político de Chico Heráclio compareceria, o que indignou o coronel. Na “prensa”, além das ameaças de ter a festa arruinada, o que Maria ouviu, foi-lhe lembrado que o homem já havia lhe emprestado dinheiro.

Quem é socorrido por ele precisa obedecê-lo, e comportar-se de modo a não insultar o poderio do líder, subserviência que Darcy Ribeiro também encontrou em sua observação de campo. “Temerosos de que qualquer atitude os torne mal vistos, submetem-se à proibição de receber visitantes de outras fazendas, e ainda mais de tratar com estranhos, além de toda espécie de restrições a sua conduta pessoal e familiar” (RIBEIRO: 2006:316)

Darcy Ribeiro aponta que o despotismo de um coronel vai além de controlar a vida nos povoados, pois está infiltrado no também estado, ele manipula, atemoriza os agentes de poder público. O povo depende do coronel porque ele é a própria materialização do poder no sertão e as famílias cuidam para que estejam sempre escudadas pela influência dele. “Seu temor supremo é verem-se desgarrados, sem patrão e senhor que os proteja do arbítrio do policial, do juiz, do cobrador de impostos, do agente de recrutamento militar” (RIBEIRO, 2006: 316)

Algumas dessas instâncias de poder público são reveladas na reportagem como secundárias, pois as decisões são mesmo tomadas pelo “senhor das Varjadas”, segundo a reportagem, é o veredicto dele que julga, por exemplo, se uma pessoa é criminosa ou apenas “lavou sua honra”. Certa feita, um juiz que havia sido designado para aquela localidade teve de ir embora, pois Heráclio dera a ordem de que ninguém

vendesse nada para o homem. Pessoas acusadas de cometer crimes e que fossem protegidas por ele não eram incomodada pela polícia. Por fim, o “cobrador de impostos” apontado por Darcy também se curvava àquele homem em Limoeiro. “Ele se gaba de nunca ter deixado uma comissão fiscal, do Estado ou da União, mexer nos livros dos comerciantes da cidade”. (RIBEIRO, 2010: 54)

Ribeiro fora enviado ao interior do Nordeste para mostrar a derrocada do coronelismo e, apesar de todo poder que encontrou, realmente havia um declínio em curso assumido pelo próprio coronel Heráclio. Surgiam oponentes que lhe roubavam votos e lhe faziam frente e a imunidade jurídica já não era a mesma, visto que alguns dos coronéis na região tiveram de responder a processos. “O Coronel Chico Heráclio reconhece que os tempos, hoje, não estão mais favoráveis aos chefes políticos do interior.” (RIBEIRO, 2010:63)

Darcy Ribeiro chegou à mesma conclusão quando escreveu sobre o “Brasil Sertanejo”, mas conseguiu visualizar que não estava acontecendo o prenúncio da extinção daqueles homens.

“Nos últimos anos vem se quebrando o isolamento dos sertões, cujos fazendeiros todo-poderosos do passado foram desarmados pelo governo central e cujas fazendas se viram cortadas por estradas percorridas por milhares de caminhões que conduziam mercadoria, gente e novas ideias (...) Nesse sertão devassado, onde uma autoridade política central já se torna capaz de impor as leis e a justiça, embora só o possam fazer em cambalacho com o coronelato local, não há mais lugar para jagunços e fanáticos. As tensões sociais tendem a estruturar-se em novas formas. As próprias disputas políticas já nas se configuram exclusivamente com luta de famílias ou contendas de prestígio entre os coronéis a exigirem a lealdade de seus homens.” (RIBEIRO, 2006: 324)

O que José Hamilton Ribeiro transcreveu foi que o coronelato ali estava se reproduzindo em um novo formato institucionalizado. O filho do coronel, Francisquinho Heráclio fora eleito deputado estadual e seu pai acreditava que ele poderia sucedê-lo, ainda que em outro contexto social.

“O poder original de um coronel, depois de sua morte, reparte-se entre vários pequenos líderes e nenhum deles – por não haver mais aquele isolamento de uma estrutura fechada- consegue a hegemonia total sobre os outros” (RIBEIRO, 2006: 66)

Essa percepção de que a manutenção do poder se dá pelas relações de parentesco também é mostrada por Mércio Pereira.

“Mais importante na vida política de uma nação é o modo como se formam e se perpetuam linhagens de políticos, de pai para filho, de geração a geração. (...) A Antropologia Política percebe nessas conexões e nas variantes culturais de comportamento e interesses compartilhados a permanência do fator de parentesco na formação das classes sociais e na distribuição de poder” (GOMES, 2006:128)

Como se pode ver, há uma confluência entre o pensamento destes dois antropólogos e o do jornalista. Em muitos momentos a reportagem parece ilustrar de forma literária as enunciações de Darcy Ribeiro e Mércio Pereira Gomes. O que se percebe é que há uma estética diferente na linguagem, mas os pontos de vista se aproximam em vários momentos.

3.3 “Qual é seu mundo Chico Xavier?”

Na reportagem de novembro de 1971, José Hamilton Ribeiro foi encarregado de registrar o fenômeno religioso que surgia em Minas Gerais: as curas do médium Chico Xavier transformaram Uberaba, município mineiro, no “Vaticano do Espiritismo”, como definiu o repórter. Criara-se uma comunidade ali, onde os vínculos de fé estavam conectados a figura do homem.

Conforme aponta José Carlos Marão, a religião é um dos componentes do “caleidoscópio temático da revista”, os jornalistas estavam atentos às mudanças que aconteciam no espectro religioso do Brasil e se preocupavam em mostrar os acontecimentos que deles emergiam.

“O brasileiro era e é religioso: *Realidade*, em praticamente todas as suas edições, tinha uma matéria sobre religião, documentando e registrando as tendências mais fortes da época. Algumas dessas tendências – ou uma mistura delas- acabaria prevalecendo. A onda de misticismo eclético e ecumênico que inundou o país pode ser uma dessas fusões (...) ‘Qual é o seu mundo Chico Xavier’ é mais um exemplo da religiosidade brasileira mostrada nessa sutil porém carinhosa matéria de José Hamilton” (MARÃO, 2010: 118)

O que o jornalista chama de “onda de misticismo eclético e ecumênico” é um fenômeno atestado também pela socióloga Daniele Hervieu-Léger nos últimos anos no mundo ocidental. Um movimento da sociedade contemporânea de repudiar as “crenças herdadas” e a submissão a instituições religiosas únicas para construir de acordo com a subjetividade uma espiritualidade individualizada, o que a estudiosa chama de *bricolage* de crenças. “A descrição desta modernidade religiosa organiza-se a partir de uma característica maior, que é a tendência geral à individualização e subjetivização das crenças religiosas” (HERVIEU-LÉGER, 2005: 47).

Fizemos essa curta digressão para ressaltar a capacidade daqueles profissionais de identificar fenômenos sociais e antever mudanças de comportamento, tais como o sincretismo religioso no País. “O importante mesmo era o sentimento popular. E o povo naquele tempo, como hoje, acreditava, tinha fé e não via, como não vê hoje em dia, contradição em ser espírita, católico e budista ao mesmo tempo” (MARÃO, 2010: 118)

Nesta reportagem, o foco será na descrição das relações sociais que se circundam a figura do médium e também como é desenvolvida descrição densa de um ritual protagonizado por Chico Xavier. Será observado se as características da Antropologia da Religião podem ser encontradas no relato do repórter. O antropólogo Mércio Pereira assim define esse segmento.

“A Antropologia da Religião é uma especialidade da Antropologia trata de assuntos como rituais, mesmo quando não sejam necessariamente de ordem religiosa e do relacionamento da religião com as outras dimensões da cultura, da identidade das pessoas e do interesse econômico” (GOMES, 2009: 133)

3.3.1 A dimensão do “sagrado”

A reportagem em boa parte é direcionada para o perfil de Chico Xavier, e seria de grande valia para analisar o comportamento dele com as características de um líder carismático segundo a acepção de Émile Durkheim, mas aqui representaria uma significativa mudança de foco.

Visto que se trata de uma reportagem com temática religiosa é preciso que seja trazido o conceito de “sagrado” para a Antropologia. Postulado em contraponto ao que seja mundano, essa é definição de “sagrado” para Mércio Pereira.

“O sagrado, no fundo, origina-se do sentimento que junta as pessoas e as faz sentir com se pertencessem umas às outras, em uma comunhão de identidade coletiva, que está acima de cada indivíduo(...) A religião, derivaria antes de tudo, do sentimento de pertencimento do indivíduo ao coletivo”. (GOMES, 2009: 136)

A descrição do ambiente feita pelo jornalista dá a dimensão da existência de uma comunidade religiosa coesa e organizada, na qual existe o sentimento de coletividade e de pertença.

“Onze horas da noite na Comunhão Espírita de Uberaba. Seu Weaker abre a salinha onde está Chico e libera a segunda remessa de receitas psicografadas. Há o burburinho geral e todos se dirigem para o pátio, aguardando a chamada” (RIBEIRO, 2010: 149)

No centro espírita descrito por José Hamilton fica nítido que esse sentimento de sacralidade emana de Chico Xavier, de suas psicografias e das receitas que prescreve para os doentes. Esse fator de personificação do sagrado é levado em consideração na Antropologia da Religião. “O que acontece com mais frequência é a sacralização de alguma coisa, sejam deuses ou espíritos, seja uma pessoa, como símbolo da sociedade” (GOMES, 2006:136). Pela apresentação do personagem Chico Xavier é perceptível que ele exerce um fascínio entre os fiéis, as pessoas que visitam o seu centro querem ser tocadas por ele, ou conseguir alguma relíquia para levar consigo. “ O povo que partilha dessas culturas efetivamente vê, pela fé, pessoas como seres sagrados” (GOMES, 2006:136)

3.3.2 Descrição do ritual

Segundo a definição de Mércio Pereira, um ritual é um fenômeno de cunho religioso no qual há uma conduta específica a ser seguida por seus participantes e que destoa das ações prosaicas da rotina. É um momento especial, diferente e para tomar parte dele é preciso passar por suas etapas e exigências. Numa etnografia da religião, é imprescindível que a narração dos momentos ritualísticos façam parte da descrição densa, é preciso que o intelectual transporte o leitor para o momento da observação *in loco*.

“ Além de derivar do sentimento sagrado, além de ser uma dimensão presente em todas as culturas e além de servir como identidade mítica que agrega pessoas em torno de uma origem transcendental e de uma finalidade última da existência, a religião é mais frequentemente focalizada como uma instituição cultural (...) que se apresenta nitidamente na sociedade com três atributos: 1. um discurso, isto é uma justificativa que lhe dá sentido e finalidade; 2. participantes ou membros que se agregam e 3. comportamentos específicos incluindo rituais” (GOMES, 2006:137)

Há na manifestações do rituais, padrões de acontecimentos, etapas que se repetem e que foram sistematizadas pela literatura antropológica. A primeira delas diz respeito ao “afastamento”, ato do fiel de apartar-se do mundo e preparar-se para vivenciar o momento sagrado que irá começar “ Todo ritual se inicia impondo um corte nos eventos anteriores mostrando que algo especial está para acontecer, que requer um novo tipo de atitudes e comportamento” (GOMES, 2006:148)

Na reportagem são descritas minuciosamente as reuniões espíritas, o instante de afastamento neste ritual é assim apresentado:

“ De maneira um pouco solene, dona Dalva Borges – quarenta e poucos anos, solteira- faz a oração inicial . Tem os olhos fechados e todos, na mesa, fecham os seus . Pede a proteção “dos seres da Vida Maior para que o serviço da noite seja o mais puro e proveitoso. Uma pessoa coma a ler o Evangelho Segundo o Espiritismo” (RIBEIRO, 2010: 136)

A instância seguinte recebe a denominação de “liminar”, é nela que se manifestam os fenômenos extraordinários. “em muitos rituais a liminaridade suscita ações fora do padrão, ações perigosas e inesperadas” (GOMES, 2006:148). No texto de Ribeiro, a esse momento é identificado quando o médium começa a receber os “passes”.

“Chico está agora com a mão sobre os olhos. Mal ouve o fim da leitura, levanta-se. Recebe um pacote de folhas de papel e se encaminha para a porta por onde entrou. Ali numa salinha, ajudado por dois assitentes - o sr. Weaker e sua mulher dona Isildinha -vai receber a orientação dos espíritos para psicografar receitas e conselhos” (RIBEIRO, 2010: 136)

O que pode ser constatado aqui é que o texto de “Qual é seu mundo, Chico Xavier?” é um registro minucioso do fenômeno sócio-religioso que ocorreu no Brasil no início da década de 1970. A reportagem cumpre, em parte, os pré-requisitos de uma etnografia da religião, pois realiza a “descrição densa” de um ritual.

3.4. Sérgio Souza viveu o preconceito

Por volta de agosto de 1968, uma ideia eriçava os ânimos da equipe da revista. Queriam denunciar um fato velado que acontecia entre o povo brasileiro, o preconceito racial. Segundo José Hamilton, denunciar a intolerância era uma missão que tomavam para si, já haviam feito antes reportagens revelando o preconceito contra mulheres, jovens, homossexuais, e na execução de todas essas pautas, Ribeiro lembra que havia um macete: a vivência.

Havia sido ele o escalado para fazer o trabalho, pois queriam que um homem branco sentisse literalmente na pele, o constrangimento que uma pessoa negra experimentava no seu cotidiano. Ribeiro havia de ficar preto e para isso fez tratamentos experimentais de injeções de melanina, mergulhou em infusões de permanganato de potássio, ambas as técnicas sem sucesso. A última cartada foi “maquiar” o corpo inteiro com tinta amarronzada, o resultado artificial era percebido nas ruas, e as pessoas ficavam desconfiadas de que se tratava de uma “pegadinha”.

Não era suficiente, nem produziria uma experiência honesta para ser relatada. “Aquilo era teatro, uma fraude, justamente o que *Realidade* não queria fazer” (RIBEIRO, 2010: 204). Precisavam encontrar um outro jeito, que foi enviar o repórter Sérgio de Souza para experimentar o apartheid nos Estados Unidos.

Sérgio era um autodidata apresentado por seus amigos como um homem tão inteligente quanto discreto. Iniciara sua carreira na década de 1950, quando respondeu a um anúncio da *Folha de S. Paulo* de trabalho para jornalista, na época o homem

trabalhava como bancário. Ingressou na Editora Abril também na revista *Quatro Rodas* e depois foi recrutado para *Realidade*, onde era editor de texto.

O fato de que “Serjão” era, nas palavras de Ribeiro, “rato de redação” tornou aquela missão ainda mais intensa. Acompanhado pelo repórter americano negro George Love, Sérgio viveu com família negras e pobres na cidade de Selma, no estado do Alabama nos EUA e registrou em seu texto, o medo e a opressão que aquelas pessoas sentiam.

Depois de trabalhar em *Realidade*, Sérgio Souza militou na imprensa alternativa no jornal *Bondinho*, e fez parte da fundação da revista *Caros Amigos*. O jornalista faleceu em 2008.

3.4.1 “Participante” ao extremo

“Eu vivi o preconceito” foi uma reportagem que elevou a ideia a de vivência da pauta, ou como defendemos aqui de observação participante do jornalista, a um novo patamar. O texto é construído em primeira pessoa, narrando além de experiências, os sentimentos: a dúvida, o medo, a incompreensão do que acontecia. De forma que no texto final pode-se enxergar uma espécie de caderno de campo onde estão descrita as impressões de Sérgio.

O jornalista diz que no Brasil seria considerado um homem branco, o que leva a deduzir que ele nunca houvera passado por uma situação igual de segregação racial. Ele diz que contexto mais próximo do que encontrou em Selma foram os guetos negros em Nova York, na Califórnia em Nova Jérsei, no Norte dos Estados Unidos. “Já sentira a estranha sensação causada por aquilo que eles chamam de *comunidade preta*”(SOUZA apud MARÃO, 2010: 207). Mesmo essa experiência não atenuou o choque da primeira vez em que foi discriminado.

Comparando a sensação de ter estado nos dois ambientes autor afirma: “No Norte, caminhando pelas ruas do gueto, cheguei a temer os pretos. No Sul, na “seção branca”, tive medo dos brancos” (idem, 211). A ocasião mais crítica vivida por Sérgio é quando se “atreve” a participar de uma missa na igreja de brancos, o relato extravasa o

constrangimento sentido por ele e que representava a coação sofrida por todos os negros em Selma.

“Pela primeira vez na vida, me senti um homem diferente dos outros – um homem completamente desligado do lugar onde me encontrava. Tinha a sensação de que se, um daqueles seres à minha volta, abrisse a boca, seria pra dizer que não tivesse nenhuma relação com as coisas humanas. Acho que me senti um ser inferior, e me pus, e me achei no “meu lugar” sem coragem de olhar em volta, de levantar a cabeça” (idem, pág 211)

Essa busca por situações de risco era proposital, a dupla decidira jantar num restaurante de brancos, no que foi desencorajado pelo seu anfitrião, Jhonson, o presidente da cooperativa de fazendeiros negros. O homem apontou dois motivos: o primeiro seria o perigo iminente de agressão física, segundo, se não acontecesse nada é porque perceberiam que Sérgio era estrangeiro.

Cabe aqui um paralelo com uma dificuldade comum ao jornalista e a um antropólogo em campo: saber em que medida a sua presença altera o desenrolar natural dos acontecimentos, ou nas palavras do pesquisador Hélio S. R. Silva:

“Todo etnógrafo só pode estar em uma cena alterada pela sua presença. O significado da cena exige não apenas um reconhecimento do caráter subjetivo da observação, mas sobretudo a capacidade de ter uma noção objetiva de sua própria presença”. (SILVA, 2009: 180)

O estranhamento, a revolta, que Sérgio sentia se contrapõe a resignação que os habitantes da cidade. “As coisas do Sul não iam deixar de me surpreender nunca, embora ditas ou escutadas com a maior naturalidade” (idem, pág 209). O conhecimento que o repórter tinha a respeito do *Apartheid* não minimizou o choque do contato com aquela realidade. Sobre a existência de escolas, hospitais, lojas específicas para brancos e para negros ele diz: “Isso eu lera ou vira impresso. Agora eu vivia. Pensava no absurdo que aquilo me parecia- separar gente de gente, como se separa gente de crianças”(idem, pág 216).

3.4.2 Racismo: o conceito e a prática

Assim como nas análises anteriores faremos uma analogia entre as enunciações antropológicas com o texto jornalístico. Buscaremos como as conceituações podem ser identificadas na reportagem. É preciso antes de tudo definir o que é o racismo de acordo com a Antropologia e como ele se manifesta. Segundo Antônio Sérgio Almeida Guimarães, o racismo consiste na crença de que há uma “desigualdade imanente” entre as etnias.(Guimarães, 1999: 106).

“O racismo, como sistema, manifesta-se e exterioriza-se apenas por meio de duas situações: a pobreza e a não cidadania (...). Tais situações podem ser constituídas e gerenciadas por estas quatro formas gerais — os direitos, a auto-estima, a discriminação e os mecanismos formais e burocráticos —, que são os meios pelos quais são geradas e se reproduzem a situação de não-cidadania, a posição social de inferioridade e a situação econômica de subordinação” (GUIMARÃES: 1999:106)

No que tange à pobreza, ela é apresentada na descrição das moradias onde o jornalista e o fotógrafo se hospedaram. Em Selma, a dupla foi recebida na casa de duas famílias, a primeira foi a da Sra. Lucille, no centro da cidade. Sérgio descreve a situação decrépita daquela habitação, chamada *shack*, ou barraco, em que viviam tantos negros. “A porta de tábuas tortas, o forro de papelão e a janelinha, quando aberta sustentada sobre uma ripa. Tem três quartos e cozinha – nem água encanada, nem esgoto nem banheiro.” (SOUZA apud MARÃO, 2010:208) O mesmo cenário é narrado na casa, ou *shack* da Sra. Smiley, moradora da zona rural A miséria para aquele povo é ao mesmo tempo uma das causas e das consequências do racismo.

Os direitos básicos de assistência social são sub-humanos e mesmo os serviços privados eram inferiores. “Aqui o preto, já nasce sabendo que vai a uma escola só de pretos. O mesmo quanto ao hospital, à loja, ao supermercado, ao clube, à igreja, ao cinema, ao médico, ao cemitério. Tudo é separado. E tudo sempre é inferior. (idem: 214) .

Essa circunstância minava a autoestima de todos e fazia com que os habitantes mais velhos da cidade se acostumassem a ela. Os personagens jovens, como a adolescente de quinze anos Billie demonstravam esperança de que todo aquele horror acabasse.

O professor de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) Kabengele Munanga, acrescenta a separação geográfica como elemento fundante do

racismo. “A segregação é uma forma institucionalizada de discriminação fixada pela lei ou pelo hábito comum. Neste tipo de discriminação, as fronteiras espaciais são fixadas para acentuar as desvantagens do grupo discriminado.” (MUNANGA, 1990:53).

Munanga afirma que o Apartheid é forma mais radical de segregação e classifica o racismo existente naquele país como “diferencialista”, pois busca extirpar as diferenças e apresenta “fobia de mestiçagem”. Eliminar a diferença significa naquela sociedade assassinar os negros, como aconteceu com o reverendo Willians, que foi entrevistado pelo repórter. O estudioso faz uma observação pertinente quanto às diferenças entre etnocentrismo e racismo. E no caso desta reportagem, o jornalista não é o elemento causador de um ou de outro, ele é, antes, é a vítima.

“Etnocentrismo e racismo não deveriam ser totalmente confundidos, pois se o etnocentrismo é universal, o racismo, pelo contrário, só apareceu em certas circunstâncias históricas determinadas (...) Para passar do etnocentrismo ao racismo é preciso que às diferenças objetivas no espírito do racista esteja acrescentada uma consciência necessariamente falsa de uma distinção biológica entre ele e sua vítima” (MUNANGA, 1990:53)

Teorias são gerais, reportagens particulares. Mais uma vez, o relato do repórter serve como particularização dos conceitos antropológicos, através dele as enunciações acadêmicas ganham nomes, cenários e emoções.

Considerações finais

A etnografia, um livro de andar e ver (SILVA, 2009: 179). A reportagem, a narração da aventura do caminho percorrido (PEREIRA, 2006:125), definidas assim com simplicidade e desnudas do rigor formal fica fácil perceber que elas têm em comum. Em ambas, os autores têm a função de mediar, interpretar e, invariavelmente, seus olhares, sua forma de ver o mundo acaba interferindo no resultado do que produz, mas quando feitas com sinceridade é possível perceber isso, e não necessariamente essa mediação é algo negativo.

Contudo é preciso respeitar as diferenças também aqui. As reportagens feitas em Realidade não foram pensadas para ser etnografias, não foi a intenção dos jornalistas que houvesse essa mutação. Em todas as análises, estamos tratando de nuances, ressaltando semelhanças, mas há diferenças óbvias. A principal diz respeito ao método, que na primeira é muito mais inflexível e pré-formatado, não existe etnografia sem quadros sinóticos, diário de campo, etc, procedimentos que não interessam a um jornalista. É preciso resguardar o conhecimento aprimorado durante séculos para que ao fim, este “livro de andar e ver” fosse considerado uma etnografia Com a palavra, fundador dessa ciência.

“ Só se pode obter êxito através da aplicação sistemática e paciente de algumas regras de bom-senso, assim como princípios científicos bem conhecidos(...) o pesquisador deve conhecer os valores e critérios da etnografia moderna” (MALINOWSKI, 1978: 20)

O que tem utilidade nas duas áreas são os valores éticos que precisam nortear tanto o trabalho de campo, como o registro último do que foi visto. A relativização cultural e a busca pela alteridade, podem abrir um novo parâmetro de apuração jornalística, na qual o compromisso em retratar o outro dentro de seu contexto, expondo a visão de mundo dele, e não do próprio jornalista

Pelo que é relatado por José Carlos Marão, José Hamilton Ribeiro e Carlos Azevedo, na revista houve essa preocupação. Cada pauta dispunha de tempo necessário para que fosse feita da melhor forma possível e isso significava o repórter experimentar a realidade sobre a qual iria escrever. Outro fator que dá àquelas reportagens uma

conotação antropológica é que elas não eram registros factuais tão somente, tinham uma proposta de contextualização ampla, em que se buscava sempre reconstruir o passado para prenunciar o futuro.

Realidade não se prende ao fato do dia-a-dia, propõe sair da ocorrência para a permanência. Seus temas não são os fatos isolados, mas a situação, o contexto em que esses fatos se dão. Poderíamos dizer que sua concepção do presente é a de um tempo atual dilatado em estendida presentificação(LIMA, 2009:226)

É preciso destacar as duas principais limitações deste trabalho acadêmico. A primeira diz respeito a impossibilidade técnica de entrevistar os autores da reportagens. Mesmo que, nos livros, cada um tenha feito um resgate do momento da apuração que foi muito útil para a análise havia muito mais a descobrir numa entrevista

A segunda questão é que, como se pode, ver o itinerário desta monografia teve de campear duas searas complexas, com diversas ramificações: por um lado Antropologia Cultural, Filosófica, Política, da Religião e por outro o Novo Jornalismo, a reportagem, a História da Imprensa. O resultado foi um mosaico de teorias e temas que ganha em vastidão, mas poderia ter sido aprofundada e problematizada caso abordasse somente um recorte. Esse, por sinal é um projeto futuro, segmentar e amadurecer uma análise sobre a dimensão da alteridade no Jornalismo.

Acreditamos ter encontrado uma vereda de pesquisa que já tinha sido aberta por professores de jornalismo como, Isabel Travancas, mas essa discussão sobre interdisciplinaridade entre Jornalismo e Antropologia ainda não encontrou o espaço merecido nas salas de aula ou nos congressos científicos.

Referência Bibliográfica

AZEVEDO, Carlos de. A Cicatriz de Reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter. 1 Ed. São Paulo: Editora Papagaio, 2007

BLASS, Suzana (Org.) Memória de Repórter: lembranças, casos e outras histórias de jornalistas brasileiros décadas de 1950 a 1980. 1. Ed. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2010

BUCCI, Eugênio. Sobre Ética e Imprensa. São Paulo: Companhia das Letras. 2000

DA MATTA, Roberto. 1978 . O Ofício do Etnólogo ou como ter o “Anthropological Blues”, em Edson Nunes (org.) A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Edição especial Realidade. 3. Ed Editora Abril

Editora UFRJ, 2009

FARO, J. S.. Realidade 1966-1968, o tempo da reportagem na imprensa brasileira. 1 São Paulo: Ulbra /AGE, 1999.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. 1. Ed. São Paulo: LCT, 1989.

GEERTZ, Clifford. Obras e Vidas – o antropólogo como autor. 3. Ed Rio de Janeiro:

GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem filosofia da cultura. 1 Ed. São Paulo: Contexto, 2009

GUEDES, Stela Caputo: Sobre Entrevistas: teoria, prática e experiências. Petrópolis, RJ: Vozes 2006

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Combatendo o Racismo: Brasil, África do Sul Estados Unidos. Revista Brasileira de Ciências Sociais- VOL. 14 No 39: 113-117.

HERVIEU- LÉRGER, Daniele. O Peregrino e o Convertido. Tradução: Catarina Silva Nunes. 1 Ed. Lisboa: Gradiva, 2005

JOLIF, L-Y. Compreender o Homem. São Paulo: Editora Herde & Editora USP, 1970.

KABENGELE, Munanga. Racismo: da Desigualdade à Intolerância. em São Paulo em Perspectiva, 4 (2): 51-52, abril/junho, 1990.

KARAM, Francisco José Castilhos. Jornalismo Ética e Liberdade. São Paulo: Summus, 1997

KUCISNKY, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários. 1 Ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LAGO, Cláudia. Reflexões sobre Antropologia e Comunicação: o ethos romântico do jornalismo enquanto um estudo de caso. In Antropologia e Comunicação org: Isabel Travancas e Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Garamond, 2003

LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. Tradução Marie-Agnès Chauvel Brasiliense, São Paulo: Brasiliense, 2003

LARAIA, Roque de Barros. Cultura um Conceito Antropológico. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura – 4. Ed. Barueri SP: Manole, 2009

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné na Melanésia. Tradução: Antônio P Carr e Lígia Aparecida Cardieri. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. Realidade Re-vista. 1 Ed. Santos SP: Realejo Edições, 2010

MORAES, Letícia Nunes de. Cartas ao Editor: leituras da revista Realidade (1966-1968) 1 Ed. São Paulo: Alameda, 2007

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. O Ofício do Antropólogo ou como desvendar evidências simbólicas. 1 Ed. Brasília: UnB, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O Trabalho do Antropólogo. São Paulo: Unesp – Paralelo 2000.

PENA, Felipe. Jornalismo Literário. 1 Ed. São Paulo: Contexto, 2006

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2007

PEREIRA Júnior, Luiz Costa: A Apuração da Notícia: métodos e investigações na imprensa. Petrópolis, RJ: Vozes 2006.

Revista Realidade nº 19: 49-66 Fortaleza, março de 2008.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 5. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Hélio R. S. A Situação Etnográfica Andar e Ver. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

STROZENBERG, Ilana. Antropologia e **Comunicação**: que conversa é essa? In Antropologia e Comunicação org: Isabel Travancas e Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Garamond, 2003

TRAVANCAS, Isabel. Jornalistas e Antropólogos : Semelhanças e distinções da prática profissional. artigo apresentado em INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação -XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA, 2002

WOLFE, Tom. Radical Chique e o Novo Jornalismo. Tradução:José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.